

RELATÓRIO DE  
MONITORAMENTO DA  
AGENDA DE  
**SUSTENTABILIDADE**

• 2020 •

## MINISTÉRIO DA INFRAESTRURA

### **Tarcísio Gomes de Freitas**

Ministro

### **Marcelo Sampaio Cunha Filho**

Secretário Executivo

### **Rodrigo Otávio Moreira da Cruz**

Secretário-Executivo Adjunto

### **Mateus Salomé do Amaral**

Subsecretário de Sustentabilidade

### **Nerylson Lima da Silva**

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

### **Fernanda Costa de Oliveira**

Subsecretária de Governança e Integridade

### **Fernando André Coelho Mitkiewicz**

Subsecretário de Gestão Estratégica e Inovação

### **Natália Marcassa de Souza**

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias

### **Ronei Saggioro Glanzmann**

Secretário Nacional de Aviação Civil

### **Diogo Piloni**

Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

### **Marcello da Costa Vieira**

Secretário Nacional de Transportes Terrestres

## ENTIDADES VINCULADAS

### **Juliano Alcântara Noman**

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil

### **Eduardo Nery Machado Filho**

Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

### **Marcelo Vinaud Prado**

Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres

### **Antônio Leite dos Santos Filho**

Diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

### **Arthur Luis Pinho de Lima**

Diretor-presidente da Empresa de Logística e Planejamento

### **André Kuhn**

Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

### **Hélio Paes de Barros Júnior**

Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuário

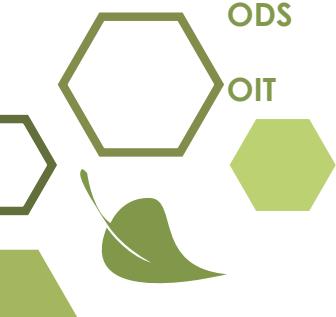




## LISTA DE SIGLAS

<b>A3P</b>	Agenda Ambiental na Administração Pública
<b>ACA</b>	<i>Airport Carbon Accreditation</i>
<b>ACI</b>	<i>Airports Council International</i>
<b>ACI-LAC</b>	<i>Airports Council International Latin-American and Caribbean</i>
<b>Anac</b>	Agência Nacional de Aviação Civil
<b>Antaq</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres
<b>CBI</b>	<i>Climate Bonds Initiative</i>
<b>CGCIT</b>	Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes
<b>CGH</b>	Aeroporto de Congonhas
<b>CMG</b>	Custos Médios Gerenciais
<b>Cogea</b>	Comitê de Gestão Ambiental
<b>Coget</b>	Comitê de Gestão Territorial
<b>Conac</b>	Conselho de Aviação Civil
<b>DNIT</b>	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
<b>DUP</b>	Declaração de Utilidade Pública
<b>EIA</b>	Estudo de Impacto Ambiental
<b>Enap</b>	Escola Nacional de Administração Pública
<b>EPL</b>	Empresa de Planejamento e Logística
<b>EVTEA</b>	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
<b>Ferrogrão</b>	Ferrovia EF-170 MT/PA

<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FICO</b>	Ferrovia EF-354 - Ferrovia de Integração do Centro-Oeste
<b>FIOL</b>	Ferrovia EF-334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
<b>FNS</b>	Ferrovia EF-151 - Ferrovia Norte-Sul
<b>Funai</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>GEE</b>	Gases do Efeito Estufa
<b>GIZ</b>	<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH</i>
<b>Ibama</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>IDA</b>	Índice de Desempenho Ambiental
<b>IDMAI</b>	Índice de Desempenho de Meio Ambiente da Infraero
<b>IMO</b>	Organização Marítima Internacional
<b>INDE</b>	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
<b>Infraero</b>	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
<b>ISSN</b>	<i>International Standard Serial Number</i>
<b>LabTrans</b>	Laboratório de Transportes e Logística da UFSC
<b>MEPC</b>	Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho
<b>MInfra</b>	Ministério da Infraestrutura
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>OACI</b>	Organização de Aviação Civil Internacional
<b>ODS</b>	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho





<b>PAE</b>	Plano de Ação de Emergência
<b>PAF-ZC</b>	Plano de Ação Federal para Zona Costeira
<b>PBA</b>	Plano Básico Ambiental
<b>PBVS</b>	Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica
<b>PCAO</b>	Plano de Controle Ambiental das Obras
<b>PGR</b>	Plano de Gerenciamento de Riscos
<b>PGT</b>	Polo Gerador de Tráfego
<b>PGR</b>	Programa de Gerenciamento de Risco
<b>PLS</b>	Plano de Logística Sustentável
<b>PNDR</b>	Programa Nacional de Desapropriação e Reassentamento
<b>PNGC</b>	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
<b>PNL</b>	Plano Nacional de Logística
<b>PRIM</b>	Plano de Redução de Impacto
<b>PROFAIXA</b>	Programa Federal das Faixas de Domínio
<b>Profas</b>	Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis
<b>RAA</b>	Relatório de Acompanhamento Ambiental
<b>RBAC</b>	Regulamento Brasileiro da Aviação Civil
<b>RIMA</b>	Relatório de Impacto Ambiental
<b>RSE</b>	Relatório de Programas Sociais e Educacionais
<b>SAC</b>	Secretaria Nacional da Aviação Civil
<b>SBRJ</b>	Código ICAO do aeroporto Santos Dumont, RJ
<b>SFV</b>	Sistema Federal de Viação
<b>SGMAB</b>	Sistema de Gestão Ambiental

<b>SGPD</b>	Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação
<b>SICRO</b>	Sistema de Custos Referenciais de Obras
<b>Sigesa</b>	Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
<b>SUST</b>	Subsecretaria de Sustentabilidade
<b>TED</b>	Termo de Execução Descentralizada
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>Valec</b>	Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A
<b>VGeo</b>	Visualizador de Informações Geográficas do DNIT





## SUMÁRIO

<b>CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	12
<b>DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO .....</b>	12
<b>DA LINHA DE BASE, MAPEAMENTO E RESULTADOS GERAIS .....</b>	13
<b>DIRETRIZ 1 – GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO .....</b>	20
<b>DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS .....</b>	23
<b>DIRETRIZ 2 – MUDANÇA DO CLIMA .....</b>	40
<b>DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS .....</b>	43
<b>DIRETRIZ 3 – PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS .....</b>	51
<b>DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS .....</b>	53
<b>DIRETRIZ 4 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....</b>	64
<b>DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS .....</b>	67
<b>DIRETRIZ 5 – GESTÃO TERRITORIAL .....</b>	74
<b>DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS .....</b>	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	96

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Ações não contempladas diretamente pelas iniciativas.....	17
<b>Quadro 2.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.1.1 .....	23
<b>Quadro 3.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.1.2 .....	25
<b>Quadro 4.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.2.1 .....	25
<b>Quadro 5.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.2.2 .....	29
<b>Quadro 6.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.2.4 .....	29
<b>Quadro 7.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.3.1 .....	30
<b>Quadro 8.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.3.2 .....	32
<b>Quadro 9.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.3.4 .....	32
<b>Quadro 10.</b> Quadro-resumo da linha de ação 1.4.1 .....	36
<b>Quadro 11.</b> Quadro-resumo da linha de ação 2.1.1 .....	43
<b>Quadro 12.</b> Quadro-resumo da linha de ação 2.1.2 .....	43
<b>Quadro 13.</b> Quadro-resumo da linha de ação 2.1.3 .....	45
<b>Quadro 14.</b> Quadro-resumo da linha de ação 2.1.5 .....	45
<b>Quadro 15.</b> Quadro-resumo da linha de ação 2.2.2 .....	46
<b>Quadro 16.</b> Quadro-resumo da linha de ação 2.2.3 .....	47
<b>Quadro 17.</b> Quadro-resumo da linha de ação 2.3.1 .....	48
<b>Quadro 18.</b> Quadro-resumo da linha de ação 2.3.2 .....	48
<b>Quadro 19.</b> Quadro-resumo da linha de ação 3.1.1 .....	53
<b>Quadro 20.</b> Quadro-resumo da linha de ação 3.2.2 .....	57
<b>Quadro 21.</b> Quadro-resumo da linha de ação 3.2.3 .....	59
<b>Quadro 22.</b> Quadro-resumo da linha de ação 3.3.1 .....	61
<b>Quadro 23.</b> Quadro-resumo da linha de ação 3.3.2 .....	62
<b>Quadro 24.</b> Quadro-resumo da linha de ação 3.3.3 .....	62
<b>Quadro 25.</b> Quadro-resumo da linha de ação 4.1.1 .....	67
<b>Quadro 26.</b> Quadro-resumo da linha de ação 4.1.2 .....	68
<b>Quadro 27.</b> Quadro-resumo da linha de ação 4.1.4 .....	69
<b>Quadro 28.</b> Quadro-resumo da linha de ação 4.2.1 .....	71
<b>Quadro 29.</b> Quadro-resumo da linha de ação 4.2.2 .....	72
<b>Quadro 30.</b> Quadro-resumo da linha de ação 5.1.1 .....	77





<b>Quadro 31.</b> Quadro-resumo da linha de ação 5.1.2 .....	77
<b>Quadro 32.</b> Quadro-resumo da linha de ação 5.1.3 .....	78
<b>Quadro 33.</b> Quadro-resumo da linha de ação 5.2.1 .....	79
<b>Quadro 34.</b> Quadro-resumo da linha de ação 5.2.2 .....	80
<b>Quadro 35.</b> Quadro-resumo da linha de ação 5.2.3 .....	80
<b>Quadro 36.</b> Quadro-resumo da linha de ação 5.2.4 .....	82
<b>Quadro 37.</b> Quadro-resumo da linha de ação 5.3.1 .....	82
<b>Quadro 38.</b> Portfólio de projetos da Agenda 2020-2022 .....	85

# APRESENTAÇÃO

Por intermédio das Portarias nº 04 e 05, de 31 de janeiro de 2020, o Ministério da Infraestrutura publicou as Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra<sup>1</sup> e a Agenda de Sustentabilidade<sup>2</sup> para o triênio 2020-2022.

Tais instrumentos consubstanciam o compromisso do setor de infraestrutura de transportes com a responsabilidade socioambiental, princípio da Política Nacional de Transportes e atributo de valor incorporado pelo Ministério da Infraestrutura no seu Mapa Estratégico.

As Diretrizes de Sustentabilidade, de caráter estratégico, representam um instrumento balizador para políticas, planos, programas e projetos setoriais, bem como para viabilizar a expansão da oferta de infraestrutura de transportes de modo sustentável, fator cada vez mais relevante para a atração de investimentos, sendo estruturadas nas seguintes áreas temáticas:

## **I. Planejamento e Governança**

Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte.

## **II. Mudança do Clima**

Diretriz 2 - Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes.

## **III. Projetos, Estudos e Pesquisas**

Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/diretrizesdesustentabilidadeMInfra.pdf>.

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/agendasustentabilidade\\_20\\_22.pdf](https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/agendasustentabilidade_20_22.pdf).





#### **IV. Licenciamento Ambiental**

Diretriz 4 - Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando à sua maior celeridade.

#### **V. Gestão Territorial**

Diretriz 5 - Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais.

Já a Agenda de Sustentabilidade, documento de caráter operativo a ser revisado de quatro em quatro anos, tem por objetivo fomentar a sinergia e a integração dos esforços despendidos pelos diversos atores do setor, refletindo-se em instrumento capaz de balizar as ações que se pretende executar no período de cada gestão presidencial.

Com efeito, a Agenda confere um viés prático às Diretrizes, especificando quais ações devem ser priorizadas em determinado período, de modo que as Diretrizes sejam efetivamente implementadas. Em outras palavras, o cumprimento da Agenda materializa a implementação das Diretrizes. Em sua primeira versão, a Agenda de Sustentabilidade sintetiza 15 linhas de ação e 51 ações priorizadas no triênio 2020-2022.

Considerando que as 51 ações previstas na Agenda de Sustentabilidade 2020-2022 são executadas de maneira descentralizada e concomitante pelos diversos órgãos e entidades vinculadas ao MInfra, os Comitês aprovaram, em suas reuniões durante o decorrer do ano de 2020, o estabelecimento de mecanismos de monitoramento da referida Agenda, com vistas a maximizar os resultados, bem como apoiar o Comitê de Gestão Ambiental - Cogea e o Comitê de Gestão Territorial - Coget em sua missão de implementar as Diretrizes de Sustentabilidade.

Por se tratar de Relatório de Monitoramento da Agenda de Sustentabilidade 2020-2022 relativa ao primeiro ano, o presente

documento tem por objetivo estabelecer a linha de base para o monitoramento das diversas iniciativas que se alinham às ações previstas naquele instrumento. Suas edições posteriores serão relevantes para medir e avaliar a evolução dessas iniciativas e, consequentemente, da implementação das Diretrizes.

## DA ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O presente relatório está dividido em 4 partes, a primeira trata de uma contextualização, no qual se estabeleceu uma linha de base temporal em relação à implementação da Agenda de Sustentabilidade 2020-2022 e foram considerados todos os resultados obtidos em uma perspectiva global e inclusiva.

Na segunda parte são apresentadas as iniciativas mapeadas e os resultados específicos para cada Diretriz, buscando-se identificar as principais tendências e destacar os pontos de atenção e desafios para a implementação e monitoramento da Agenda.

Na sequência a terceira parte do relatório é apresentado o Portfólio de Projetos da Agenda 2020-2022 que corresponde às iniciativas a serem acompanhadas, de forma a se promover um monitoramento e controles mais presentes.

Na última parte são elencados os fóruns, comitês e grupos de trabalho nacionais e internacionais nos quais as entidades vinculadas possuem representação.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

### DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO

Uma vez aprovada a Agenda de Sustentabilidade 2020-2022, a proposta para implementação dos mecanismos de incentivo e seu monitoramento teve início mediante o mapeamento, nos diversos órgãos e entidades vinculadas, das atividades e projetos concluídos, em andamento ou





planejados que apresentam alinhamento com as ações previstas naquele instrumento.

Os trabalhos avançaram ao longo de quatro meses, sendo que o levantamento inicial de atividades e projetos alinhados com a Agenda totalizaram 159 iniciativas indicadas pelas unidades responsáveis. Uma análise preliminar do material consolidado indicou a necessidade de depuração das informações levantadas preliminarmente.

A primeira etapa de depuração das informações teve como base as seguintes premissas:

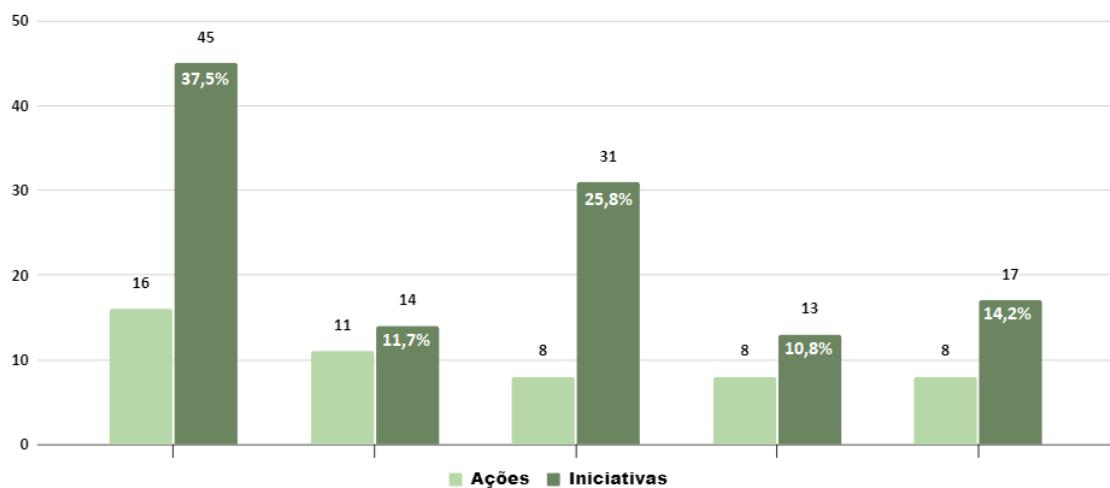
- a. Iniciativas repetidas foram eliminadas, permanecendo apenas aquelas vinculadas a uma ação considerada como “principal”.
- b. Iniciativas sem “nome” ou “descrição” foram excluídas; e
- c. Iniciativas comuns a vários órgãos/entidades foram uniformizadas.

Em um segundo momento, com o objetivo de melhor detalhar as iniciativas indicadas por cada entidade vinculada, foram realizadas reuniões bilaterais. Nesse processo também foram discutidas as iniciativas que foram consideradas passíveis de projetação, ou seja, aquelas para as quais é possível adotar uma metodologia de gerenciamento de projetos mediante o detalhamento de entregas e o estabelecimento de cronogramas de execução.

## **DA LINHA DE BASE, MAPEAMENTO E RESULTADOS GERAIS**

O esforço conjunto de mapeamento e depuração das informações resultou no detalhamento de 120 iniciativas convergentes com as 51 ações previstas na Agenda de Sustentabilidade 2020-2022, cuja distribuição de iniciativas por Diretriz é apresentada no Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Levantamento de ações e iniciativas e distribuição percentual de iniciativa/ação em cada Diretriz de Sustentabilidade



Ao observar o quantitativo da distribuição das iniciativas entre cada uma Diretrizes, verifica-se a importância dada pelas entidades vinculadas na inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte (**Diretriz 1**) e no desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental (**Diretriz 3**).

O Índice de Desempenho Ambiental – IDA para os portos, implementado pela Antaq, e o Índice de Desempenho de Meio Ambiente da Infraero - IDMAI, que consiste em critérios para avaliação do desempenho ambiental dos aeroportos administrados por aquela empresa pública, configuram instrumentos precursores de incentivo e divulgação de boas práticas de gestão ambiental e iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade no setor de infraestrutura de transportes. Reconhecidos como boas práticas, tais índices, feitas as devidas adaptações, foram incorporados aos demais modos de transporte nos anos de 2019 e 2020.

Inseridos como Ação (1.2.1. Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte) específica da Diretriz 1, as etapas de desenvolvimento e de implementação dos índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transportes foram concluídas e correspondem a 6 iniciativas

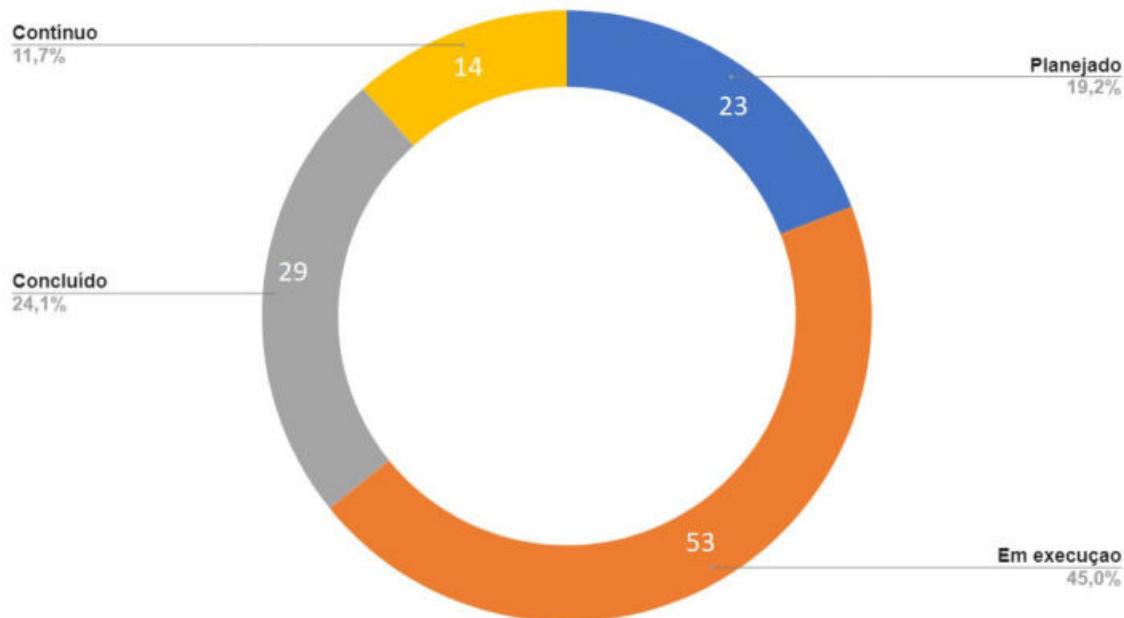




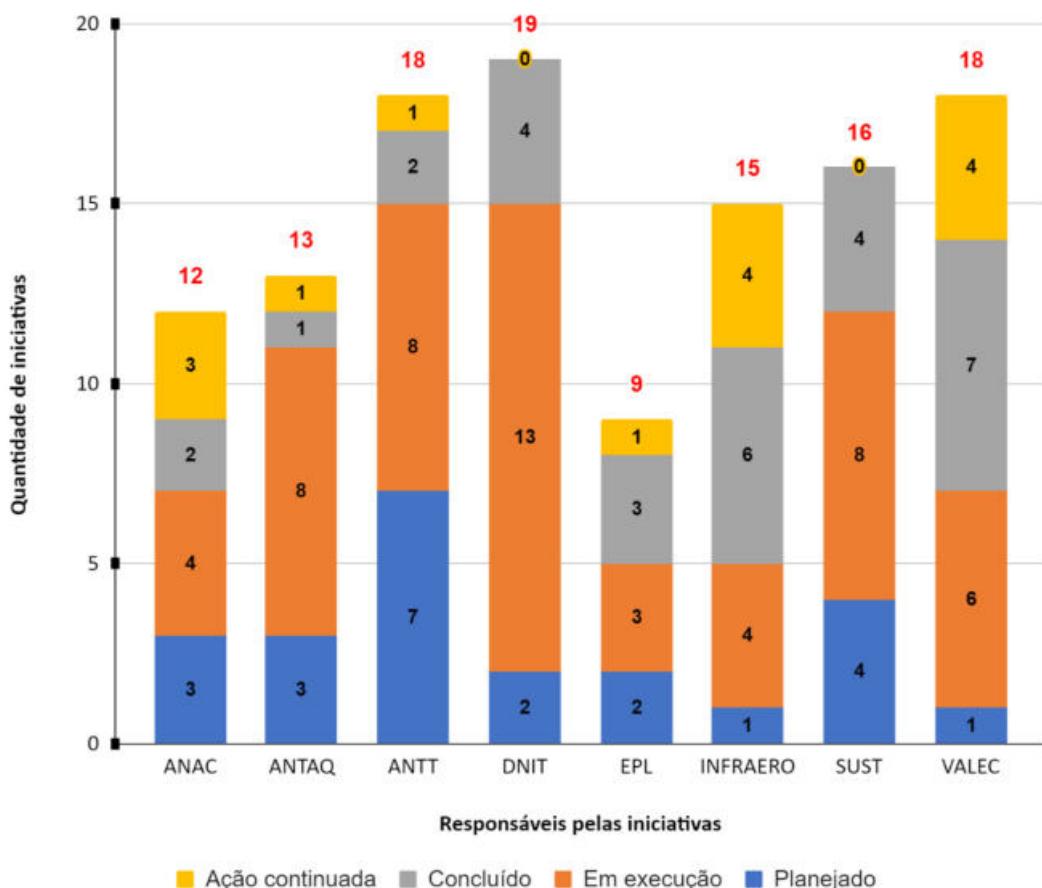
da Agenda. Relacionados ainda aos IDA, outras 8 iniciativas estabelecem normativos de regulamentação e metodologias dos índices, constituição de comitês de avaliação e respectivas apurações. Desta forma, as ações correspondentes aos IDA somam 14 iniciativas da Agenda.

O Gráfico 2 apresenta, a partir do total de 120 iniciativas, que 29 das iniciativas apresentadas já foram concluídas, 14 referem-se a atividades de caráter continuado, 23 estão em fase de planejamento e 53 em execução. O Gráfico 3 apresenta a distribuição e etapa de execução das iniciativas identificadas por unidade responsável.

**Gráfico 2.** Distribuição de iniciativas por etapa de execução



**Gráfico 3.** Distribuição de iniciativas por unidade responsável e etapas de execução



Observa-se que, dado o seu caráter abrangente, algumas iniciativas se enquadram em mais de uma Diretriz/Linha de Ação/Ação prevista na Agenda, entretanto, optou-se por vincular cada iniciativa àquela ação considerada mais aderente ao objeto da iniciativa. Por exemplo, as revisões da Resolução nº 2650/2012 do IDA Portuário e da Portaria 396/2019 que regulamentou o IDA Rodoviário foram consideradas na ação 1.2.1 - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho ambiental para todos os modos de transporte, e não no enquadramento da ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra por entender que a ação 1.2.1 reflete de modo mais claro o objetivo das referidas Portarias.





Neste sentido, considerando-se as 51 Ações previstas na Agenda, cerca de 70% estão contempladas por no mínimo uma iniciativa, ou seja, 36 ações diretamente contempladas. Em contrapartida, para 15 ações (ver Quadro 1) não foram identificadas iniciativas, embora estejam indiretamente contempladas.

**Quadro 1.** Ações não contempladas diretamente pelas iniciativas

Nº	Ação
1.1.3	Integrar os sistemas de informações ambientais e as bases de dados territoriais do MInfra e suas vinculadas, e disponibilizar para a sociedade.
1.2.3	Elaborar propostas para aperfeiçoamento da modelagem regulatória no que tange aos aspectos socioambientais e territoriais.
1.2.5	Definir e estruturar conteúdo do relatório socioambiental.
1.3.3	Criar espaço para aproximação com órgãos ambientais.
1.3.5	Estruturar os programas de educação ambiental e comunicação social nos programas ambientais relacionados ao licenciamento ambiental.
1.3.6	Elaborar e implementar plano de comunicação para a área socioambiental e territorial.
1.3.7	Instituir fóruns de discussão dos setores regulados, com a participação do regulador, dos operadores e da sociedade para debater questões socioambientais.
2.1.4	Realizar levantamento dos normativos do setor (instruções para projetos, manuais, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), estruturação para concessões ou outras parcerias, normas de engenharia), para revisão à luz dos novos desafios impostos pela mudança do clima.
2.2.1	Considerar os riscos climáticos e as ações de adaptação na formulação dos procedimentos, critérios e normas, sempre que pertinente.
2.2.4	Coletar, sistematizar e divulgar informações de impactos causados por eventos climáticos nas infraestruturas de transporte do País, adaptando e incorporando sua exigência nos instrumentos de coleta de informações já existentes ou estabelecendo novos mecanismos.
3.1.2	Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor nos normativos socioambientais.
3.2.1	Fomentar a aplicação da verba de investimento tecnológico nas temáticas socioambientais e territorial.

4.1.3	Estabelecer fórum de acompanhamento institucional dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura em todos os modais junto aos órgãos ambientais licenciadores.
4.1.5	Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na Lei Geral de Licenciamento.
4.1.6	Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na regulamentação da forma de consulta referente à OIT 169.

Na seção a seguir é apresentado o mapeamento da implementação das ações relativas às cinco diretrizes estabelecidas, com o detalhamento das iniciativas identificadas e situação atual, bem como dos benefícios alcançados ou esperados.





Embarcação no Porto de Itaguaí, RJ. Foto: Diego Baravelli

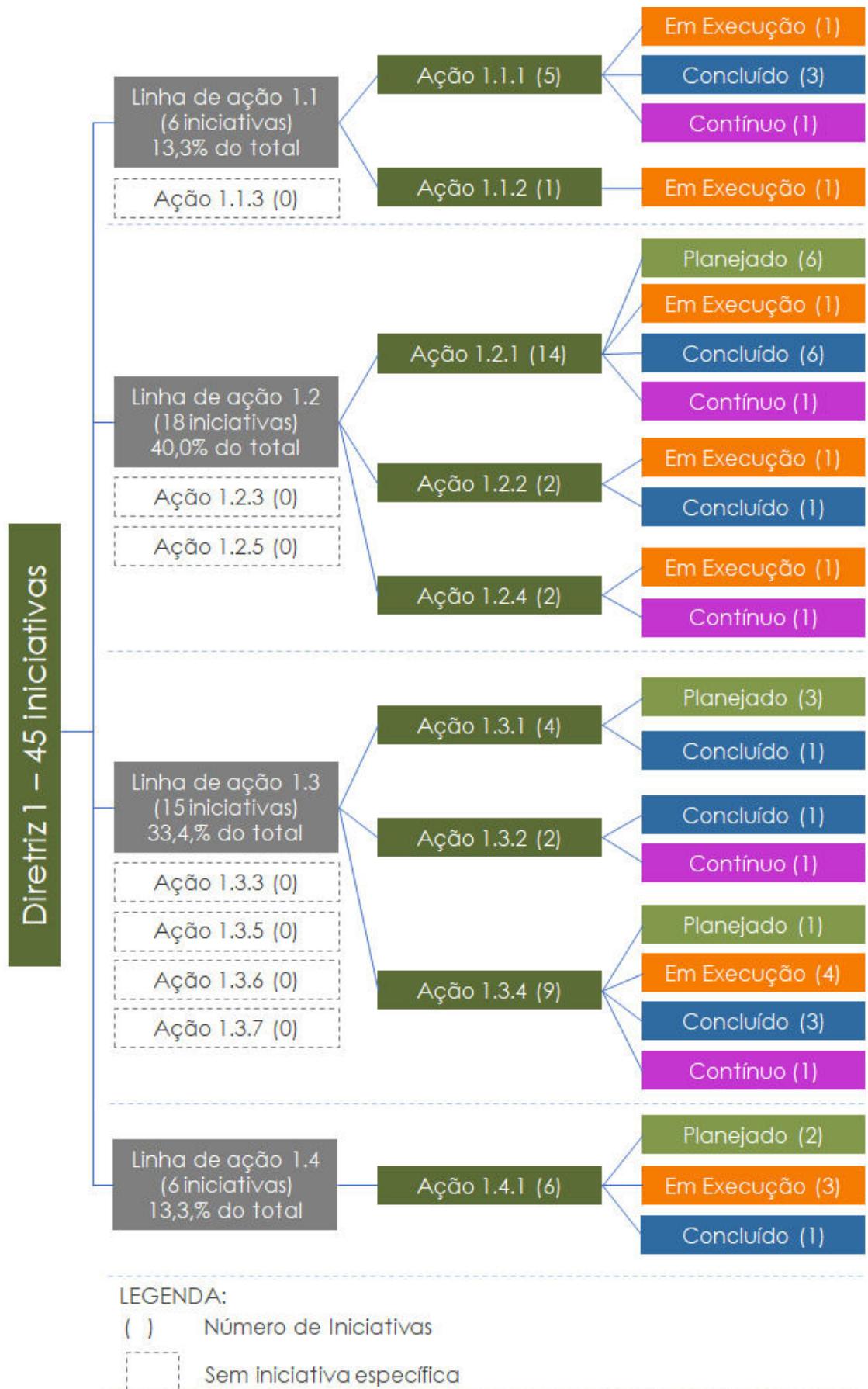
## DIRETRIZ 1 – GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO

Na temática **Planejamento e Governança** estabelecida na **Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte**, para o período 2020 a 2022 da Agenda de Sustentabilidade do MInfra, foram estabelecidas 4 linhas de ação, as quais foram desdobradas em 16 ações. Neste trabalho de mapeamento chegou ao montante de 45 iniciativas, classificadas como de ação continuada ou em fases distintas de projeto (planejadas, em execução ou concluídas).

Para a Diretriz 1, do total de 45 iniciativas mapeadas, 18 iniciativas, ou seja, 40% correspondem a Linha de ação 1.2 – Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação, seguida pela Linha de ação 1.3 - Consolidar canais de comunicação, articulação institucional e interação, com 15 iniciativas e complementadas pelas linhas de ação 1.1 - Fortalecer o planejamento integrado do sistema de transportes considerando a questão socioambiental e territorial e 1.4 - Promover o desenvolvimento de capacidades para a gestão socioambiental e territorial, com 6 iniciativas cada, como pode ser observado na Figura 1.



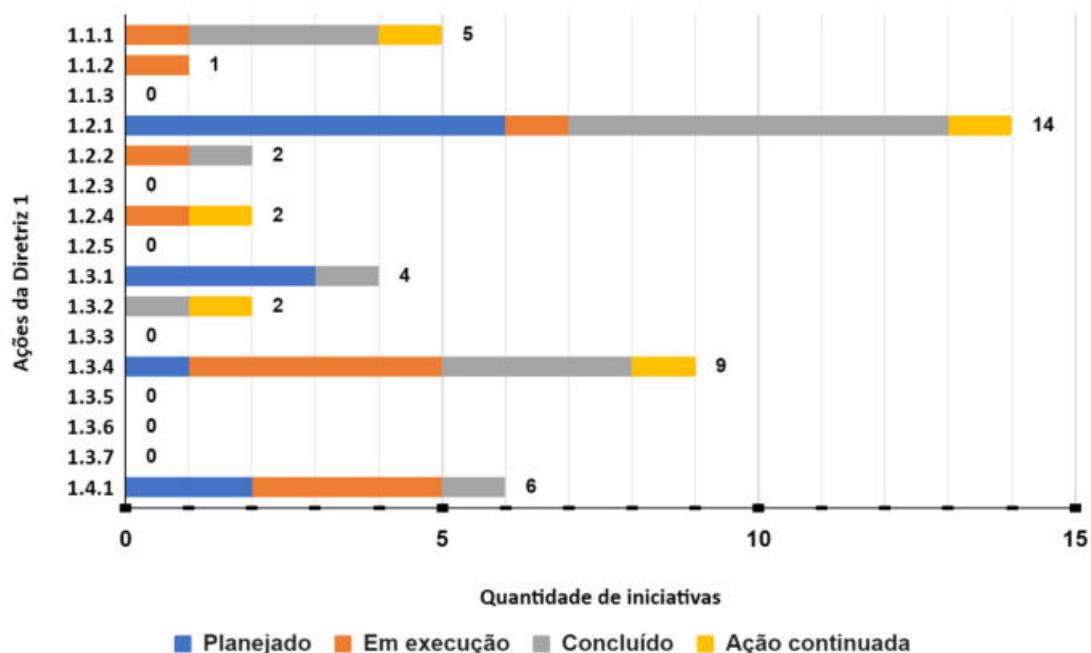
**Figura 1.** Diagrama das iniciativas correspondente à Diretriz 1



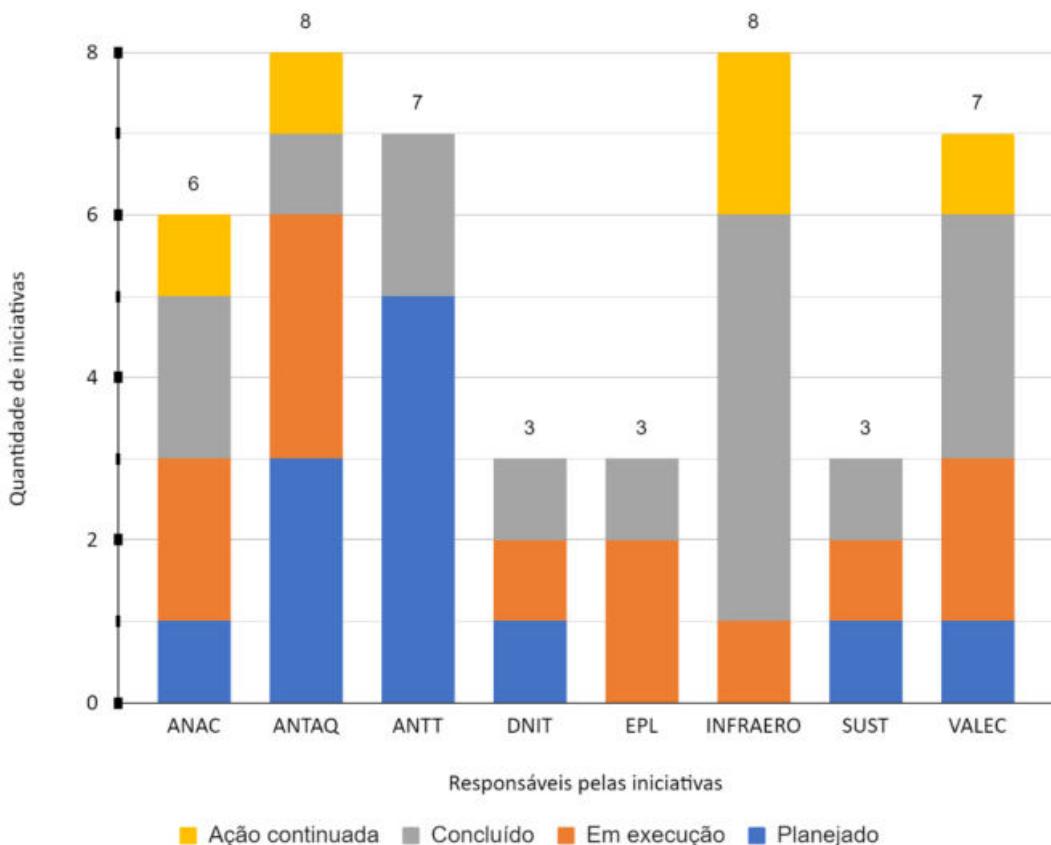
O Gráfico 4 apresenta a distribuição das iniciativas em cada ação da Diretriz 1. Das 45 iniciativas relacionadas, 16 já foram concluídas, 12 encontram-se em execução e 12 estão em fase de planejamento. Outras 5 iniciativas se referem a atividades de caráter continuado que contribuem para alcançar os objetivos da Diretriz 1.

O Gráfico 5 apresenta a etapa de execução das 45 iniciativas da Diretriz 1, identificadas pelos seus respectivos responsáveis.

**Gráfico 4.** Distribuição de iniciativas por ação da Diretriz 1



**Gráfico 5.** Quantidade e status das iniciativas por unidade responsável



## DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS

**Linha de ação 1.1** – Fortalecer o planejamento integrado do sistema de transportes considerando a questão socioambiental e territorial.

1.1.1. Incorporar os aspectos socioambientais e territoriais nos planos estratégicos do setor.

**Quadro 2.** Quadro-resumo da linha de ação 1.1.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Anac	Planejamento Estratégico Anac 2020-2026	O Plano Estratégico 2020-2026 busca traduzir, para os próximos anos, um conjunto de objetivos e indicadores que direcionam a atuação da	Concluído	Possibilitou a inclusão da variável ambiental no planejamento estratégico da agência.

		Agência, considerando a necessidade de equilíbrio entre as demandas do Estado, dos regulados e da sociedade, e de resposta aos desafios para o ciclo.		
Antaq	Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária	Documento regimental aprovado pela Diretoria de 2 em 2 anos, formalizado para exprimir as ações que deverão ser realizadas para atender às obrigações da Agência com relação à proteção do Meio Ambiente aquaviário, bem como para cumprir com o seu objetivo estratégico de promover o desenvolvimento do setor regulado com sustentabilidade.	Contínuo	Viabilizar a inclusão da variável ambiental no planejamento estratégico da agência.
Infraero	Política Ambiental da Infraero	A política possui diretrizes e objetivos que contemplam os eixos temáticos ambientais e sanitários de interface com o planejamento, implantação e operação de aeroportos	Concluído	Documento norteador e de referência para instruções internas e externas, o que contribui para a performance ambiental da empresa.
Valec	Plano de Logística Sustentável	Ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo a entidade estabelecer a sua política de sustentabilidade.	Concluído	Possibilita o aperfeiçoamento contínuo das práticas de sustentabilidade da empresa.
EPL	Caderno Ambiental do Plano Nacional de Logística	Elaboração do Caderno Ambiental que fará parte do Plano Nacional de Logística considerando os	Em execução	Aperfeiçoar os estudos de estruturação de concessão em relação aos



		riscos climáticos e as ações de adaptação.		aspectos socioambientais.
--	--	--	--	---------------------------

1.1.2. Promover a integração socioambiental e territorial entre as instituições e monitorar o cumprimento das Diretrizes e da Agenda 2020-2022 por intermédio do Cogea e Coget.

**Quadro 3.** Quadro-resumo da linha de ação 1.1.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
SUST/MInfra	Implementação da Agenda de Sustentabilidade 2020 - 2022	Identificar iniciativas alinhadas com a Agenda e implementar mecanismos de monitoramento e incentivo, além da promoção de uma melhor integração socioambiental e territorial entre as instituições e o monitoramento do cumprimento das Diretrizes e da Agenda 2020-2022 por intermédio do Cogea e Coget.	Em execução	Gestão eficaz da implementação da Agenda e das Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra.

1.1.3. Integrar os sistemas de informações ambientais e as bases de dados territoriais do MInfra e suas vinculadas, e disponibilizar para a sociedade.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

**Linha de ação 1.2** – Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação.

1.2.1. Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.

**Quadro 4.** Quadro-resumo da linha de ação 1.2.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
---------	--------------------	-----------	--------	------------------------------------

ANAC	Índice de Desempenho Ambiental Aeroportuário	Estabelecer instrumento de incentivo não-regulatório que visa a disseminação de boas práticas de gestão ambiental em aeródromos e o reconhecimento de iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade das operações aéreas.	Concluído	Obter uma avaliação do estágio de desenvolvimento da gestão ambiental nos aeroportos. Difundir iniciativas sustentáveis e promover a sua adoção pelos operadores aeroportuários.
ANAC	Apuração do IDA Aeroportuário 2020	Programa contínuo de IDA para aeródromos.	Em execução	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura aeroportuária.
Antaq	IDA Aquaviário	Estabelecer instrumento de incentivo não-regulatório que visa a disseminação de boas práticas de gestão ambiental em portos e o reconhecimento de iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade das operações portuárias.	Concluído	Obter uma avaliação do estágio de desenvolvimento da gestão ambiental nos portos. Difundir iniciativas sustentáveis e promover a sua adoção pelos operadores portuários.
Antaq	Apuração do IDA Aquaviário 2020	Programa contínuo de IDA aquaviário.	Planejado	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura portuária.
Antaq	Revisão da Resolução 2650/2012 do IDA	Aperfeiçoamento do processo e da metodologia de apuração do IDA portuário	Planejado	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de





				infraestrutura portuária.
ANTT	Índice de Desempenho Ambiental Rodoviário	Estabelecer instrumento de incentivo não-regulatório que visa a disseminação de boas práticas de gestão ambiental em rodovias e o reconhecimento de iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade das operações rodoviárias.	Concluído	Obter uma avaliação do estágio de desenvolvimento da gestão ambiental nas rodovias. Difundir iniciativas sustentáveis e promover a sua adoção pelos operadores rodoviários.
ANTT	Apuração do IDA Rodoviário 2020	Programa contínuo de IDA para rodovias.	Planejado	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura rodoviária.
ANTT	Índice de Desempenho Ambiental Ferroviário	Estabelecer instrumento de incentivo não-regulatório que visa a disseminação de boas práticas de gestão ambiental em ferrovias e o reconhecimento de iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade das operações ferroviárias.	Concluído	Obter uma avaliação do estágio de desenvolvimento da gestão ambiental nas ferrovias. Difundir iniciativas sustentáveis e promover a sua adoção pelos operadores ferroviários.
ANTT	Apuração do IDA Ferroviário 2020	Programa contínuo de IDA para ferrovias.	Planejado	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura ferroviária.
ANTT	Revisão da Portaria 396/2019	Revisão da Portaria 396/2019 que regulamentou o IDA Rodoviário e a	Planejado	Aperfeiçoamento do processo e da metodologia de apuração do IDA rodoviário.

		metodologia para o seu cálculo.		
ANTT	Publicação de Portaria para IDA Ferroviário	Elaboração e publicação de portaria regulamentando a apuração e publicação do IDA ferroviário	Planejado	Aperfeiçoamento do processo e da metodologia de apuração do IDA ferroviário.
Infraero	Painel IDMAI	O IDMAI é um indicador é composto por 25 itens, todos relacionados aos Programas Ambientais da Infraero. Tem como objetivo elevar continuamente o patamar ambiental da Empresa, no que tange o atendimento à legislação e eficientização.	Concluído	A aplicação do IDMAI teve início em 2016. Como ferramenta de gestão, possibilita avaliar o desempenho ambiental de cada aeroporto ou da rede em relação ao seu planejamento estratégico.
Infraero	Indicador IDSO	Indicador mais relacionado com a questão de segurança operacional, podendo ser um indicador indireto de uso e ocupação do solo com focos atrativos de fauna em situações de maior ocorrência de colisões.	Concluído	Maior eficiência no controle de fauna que representa risco para a segurança de operação dos aeroportos
Infraero	Comitê interno de avaliação do IDMAI	Funciona regularmente, iniciou suas atividades em agosto de 2017, tendo reuniões mensais e registradas, com vistas a avaliar as informações apresentadas pelos aeroportos no ambiente IDMAI; importante processo de verificação, correção e orientação;	Contínuo	Maior eficiência e transparência do processo de avaliação.

1.2.2. Criar ou aperfeiçoar normativos relacionados à elaboração de estudos para estruturação de concessões e obras públicas, no que se refere aos aspectos socioambientais e territoriais.



**Quadro 5.** Quadro-resumo da linha de ação 1.2.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Valec	Guia de análise de projetos quanto aos aspectos socioambientais	Elaboração do Guia de Análise de Projetos ferroviários, considerando o atendimento a premissas gerais do licenciamento conforme vem sendo solicitado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama ao longo dos anos.	Em execução	Aumentar a qualidade, bem como reduzir os prazos de elaboração, análise e aprovação dos projetos no Ibama, por meio de checklist de questões vistas como prioritárias pelo órgão licenciador.
EPL	Protocolo dos aspectos socioambientais e territoriais para estruturação de concessões.	Elaboração de protocolos de atuação referente aos aspectos socioambientais no âmbito das estruturações das concessões.	Concluído	Melhoria da estruturação das concessões quanto aos aspectos socioambientais.

1.2.3. Elaborar propostas para aperfeiçoamento da modelagem regulatória no que tange aos aspectos socioambientais e territoriais.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

1.2.4. Aperfeiçoar e padronizar, no que for possível, os aspectos socioambientais e territoriais nos programa de exploração da infraestrutura.

**Quadro 6.** Quadro-resumo da linha de ação 1.2.4

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
ANAC	Aperfeiçoamento regulatório dos aspectos ambientais nas concessões aeroportuárias	Aperfeiçoamento das cláusulas contratuais e dos Programas de Exploração da Infraestrutura da 6ª	Contínuo	Melhoria da estruturação das concessões quanto aos aspectos socioambientais.

		e 7ª Rodadas de Concessões Aeroportuárias e das novas concessões decorrentes das relicitações de Viracopos e de São Gonçalo do Amarante.		
EPL	Revisão e padronização dos aspectos socioambientais e territoriais do PER e Contratos de concessão.	Revisão da abordagem socioambiental nas minutas de contratos das concessões e nos Programas de Exploração da infraestrutura.	Em execução	Melhoria da estruturação das concessões quanto aos aspectos socioambientais.

1.2.5. Definir e estruturar conteúdo do relatório socioambiental para os contratos de concessão.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

**Linha de ação 1.3** – Consolidar canais de comunicação, articulação institucional e interação.

1.3.1 Realizar eventos sobre questões socioambientais e territoriais de relevância para o setor de transportes.

**Quadro 7.** Quadro-resumo da linha de ação 1.3.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRÍÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Antaq	Seminário de Sustentabilidade Ambiental no Transporte Aquaviário	Seminário de Sustentabilidade Ambiental no setor de Transporte Aquaviário.	Planejado	Disseminar conhecimento da temática socioambiental para os profissionais que atuam no setor.
SUST/MInfra	VIA VIVA 2020	Fórum anual promovido pelo MInfra fórum que	Concluído	Aprofundar a compreensão do contexto





		<p>congrega autoridades, atores públicos e privados, academia e sociedade na discussão de temas relevantes que permeiam a sustentabilidade socioambiental de políticas, planos, projetos e empreendimentos de transportes.</p>		<p>socioambiental que permeia a infraestrutura transportes e possibilitar a construção de uma visão mais integrada entre os diversos segmentos que atuam no setor.</p>
SUST/Minfra	VIA VIVA 2021	<p>Fórum anual promovido pelo Minfra fórum que congrega autoridades, atores públicos e privados, academia e sociedade na discussão de temas relevantes que permeiam a sustentabilidade socioambiental de políticas, planos, projetos e empreendimentos de transportes.</p>	Planejado	<p>Aprofundar a compreensão do contexto socioambiental que permeia a infraestrutura transportes e possibilitar a construção de uma visão mais integrada entre os diversos segmentos que atuam no setor.</p>
Valec	ESPELEOINFRA 2021	<p>Evento aberto a comunidade tendo como público-alvo empreendedores, pesquisadores e universidades, com temas focados em inovações metodológicas e cases de licenciamento espeleológico nas áreas de meio físico, meio biótico, meio social, geoaplicativos.</p>	Planejado	<p>Aprofundar a compreensão sobre espeleologia e as suas interfaces com a infraestrutura de transportes, evidenciando-se as inovações metodológicas e cases de licenciamento espeleológico nas áreas de meio físico, meio biótico, meio</p>

				social, geoaplicativos.
--	--	--	--	----------------------------

1.3.2 Criar mecanismos que fomentem maior integração entre as áreas de projetos/obras e as áreas socioambientais e territoriais.

**Quadro 8.** Quadro-resumo da linha de ação 1.3.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRÍÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Infraero	Requisitos Ambientais de Projeto e Obras	Aperfeiçoamento contínuo do Plano de Controle Ambiental das Obras - PCAO. Uma vez identificadas novas técnicas no mercado como iluminação led, planta fotovoltaica, dentre outras; essas técnicas são introduzidas nos projetos.	Contínuo	Melhoria dos processos de gestão ambiental.
Valec	Sistema de Gestão de Impeditivos de Obra	Ferramenta de inteligência de negócios, disponibilizada online com informações sobre trechos impedidos em empreendimentos de infraestrutura, possibilitando melhor planejamento e alocação de recursos.	Concluído	Melhor gestão e governança sobre o planejamento e execução dos empreendimentos. Ação mais eficaz para solucionar os sobre os impeditivos de obra.

1.3.3 Criar espaço para aproximação com órgãos ambientais estaduais.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

1.3.4 Criar mecanismos de divulgação, intercâmbio e estímulo de boas práticas.

**Quadro 9.** Quadro-resumo da linha de ação 1.3.4

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRÍÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
ANTT	Atualização do site ANTT	Criar espaço no site da ANTT com o objetivo de divulgar as boas práticas	Planejado	Aumentar transparência das ações





		socioambientais praticadas pelas rodovias concedidas.		socioambientais perante a sociedade.
Antaq	COOPERAPORTOS	Idealizado como Fórum de discussão de cooperação técnica e operacional entre os portos públicos, com a participação de atores intervenientes na gestão portuária, visando a discussão de temas de interesse dos gestores com os agentes reguladores e fiscalizadores.	Em execução	Disseminar as boas práticas na operação e gestão no setor.
Antaq	Campanha Rio Limpido, Amazônia Viva	A Campanha Rio Limpido, Amazônia Viva, tem por objetivo implantar procedimentos de gestão dos resíduos sólidos produzidos pelas embarcações e geridos pelas instalações que atendem a navegação interior mista, com foco na região Amazônica. As entregas estão relacionadas a material de promoção e de divulgação, cartilhas, seminários.	Em execução	Estimular a melhorias na gestão de resíduos sólidos produzidos pelas embarcações.
Antaq	PRÊMIO Antaq 2021	O Prêmio Antaq é bianual e tem por finalidade reconhecer as iniciativas que se destaquem por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transporte aquaviários à sociedade, fomentar a pesquisa e a produção técnico-científica. São contempladas quatro categorias: I- Desempenho Ambiental; II- Iniciativas Inovadoras; III- Artigos Técnicos-científicos; e IV- Qualidade de Atendimento ao Usuário.	Em execução	Disseminar as boas práticas na operação e gestão no setor.

DNIT	Atualização do site DNIT	Disponibilização espaço no site do DNIT para disponibilização de DUP, legislação, normativos e PROFAIXA	Concluído	Aumentar transparência das ações de desapropriação e reassentamento perante a sociedade.
Infraero	Publicação em periódico internacional	Foram publicados dois artigos internacionais com relação a desempenho ambiental aeroportuário e de eficiência na atuação da área de meio ambiente.	Concluído	Fomento da pesquisa na empresa, utilização de banco de dados de informações ambientais e produção de conhecimento relevante.
Infraero	Portal de Meio Ambiente	Portal de uso interno que tem por finalidade de facilitar o trabalho do dia a dia dos empregados da área de meio ambiente. Na internet, tem-se informações básicas sobre a área ambiental da Empresa, como, por exemplo, a descrição dos Programas.	Concluído	Maior agilidade, padronização e eficiência nos procedimentos internos relacionados à área de meio ambiente.
Valec	Execução e divulgação dos resultados do Plano de Logística Sustentável - PLS	A execução do PLS prevê ações de divulgação, conscientização e capacitação ações de educação ambiental, capacitação e divulgação relacionadas à sustentabilidade ambiental e conservação dos recursos naturais. Os relatórios anuais do PLS são divulgados nas páginas da empresa na intranet e na internet:	Contínuo	Aumentar transparência das ações socioambientais perante o público interno e a sociedade.
Valec	Adesão à Agenda A3P	A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas	Em execução	Uso racional dos bens públicos; gestão adequada dos resíduos sólidos; instituição de





	<p>de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Ao seguir as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, em consequência, consegue reduzir seus gastos.</p>	<p>práticas de compras públicas com critérios de sustentabilidade; qualidade de vida dos empregados.</p>
--	--	--

1.3.5 - Estruturar os programas de educação ambiental e comunicação social nos programas ambientais relacionados ao licenciamento ambiental.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

1.3.6 Elaborar e implementar plano de comunicação para a área socioambiental e territorial.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

1.3.7 Instituir fóruns de discussão dos setores regulados, com a participação do regulador, dos operadores e da sociedade para debater questões socioambientais.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

**Linha de ação 1.4** - Promover o desenvolvimento de capacidades para a gestão socioambiental e territorial.

1.4.1 Estruturar e implementar Programa de Capacitação Continuada na área Socioambiental e Territorial.

**Quadro 10.** Quadro-resumo da linha de ação 1.4.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
ANAC	Trilha de capacitação da Assessoria Internacional (ASINT/ANAC)	Desenvolvimento de trilha de capacitação específica para os servidores da ASINT a ser desenvolvida até 31/12/2020.	Em execução	Difundir conhecimento sobre meio ambiente para os técnicos da agência que atuam na assessoria internacional.
ANAC	Trilha de capacitação da Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos (SRA/ANAC)	Trilha de capacitação específica para os servidores da SRA, área da ANAC que cuida principalmente da gestão dos aeroportos concedidos à iniciativa privada. Cronograma para construção da trilha deve ser firmado até 31/11/2020.	Planejado	Difundir conhecimento sobre meio ambiente para os técnicos da agência que atuam na Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos.
DNIT	Curso IPR – Desapropriação e Reassentamento	Módulo 1 – 14/09 a 18/09 e Módulo 2 – 28/09 a 30/09. Público Alvo: Analistas em Infraestrutura de Transportes, Engenheiros, Analistas de Infraestrutura e Técnicos de Suporte em Infraestrutura de Transporte que sejam servidores ativos do DNIT, ou que desempenham suas atividades no DNIT, e que atuem em atividades pertinentes ao objetivo do curso. Vagas: 50	Em execução	Corpo técnico qualificado para atuar nas atividades de desapropriação e reassentamento do DNIT.
DNIT	Curso de Gestão Ambiental	Curso de Gestão Ambiental	Planejado	Corpo técnico qualificado para atuar nas atividades de gestão ambiental do DNIT.





Infraero	Treinamentos sistêmicos de equipes de SGSO, Manutenção e Meio Ambiente	<p>O curso EAD, com carga horária de 13 horas/aula, tem o objetivo de capacitar os empregados que trabalham direta ou indiretamente na área operacional e demais empregados da Infraero, para disseminação do conhecimento em gerenciamento do risco da fauna. Do início do curso até a presente data já foram treinados mais de 500 empregados da empresa.</p>	Em execução	Corpo técnico qualificado em gerenciamento do risco da fauna.
Valec	Capacitação no aplicativo mobile de fiscalização ambiental	<p>Configuração de Aplicações Web utilizando o Web AppBuilder for ArcGIS (8 horas): obtenção de habilidades na criação de aplicações web, configurando temas e widgets para oferecer funcionalidades necessárias ao usuário.</p> <p>Coleta e Gerenciamento de Dados de Campo usando o ArcGIS (16 horas): obtenção de habilidades necessárias para a coleta e monitoramento de dados de campo.</p> <p>Serão capacitados à utilização de apps de campo do ArcGIS, criação de mapas usando o Collector for ARCGIS, criação de formulários utilizando o Survey 123 e criação de Dashboard para monitoramento.</p>	Concluído	Os cursos aprimoraram os projetos da GEMON - SUGAT, facilitando desde a estruturação da coleta de dados até a apresentação de informações estruturadas de forma rápida e atualizada.

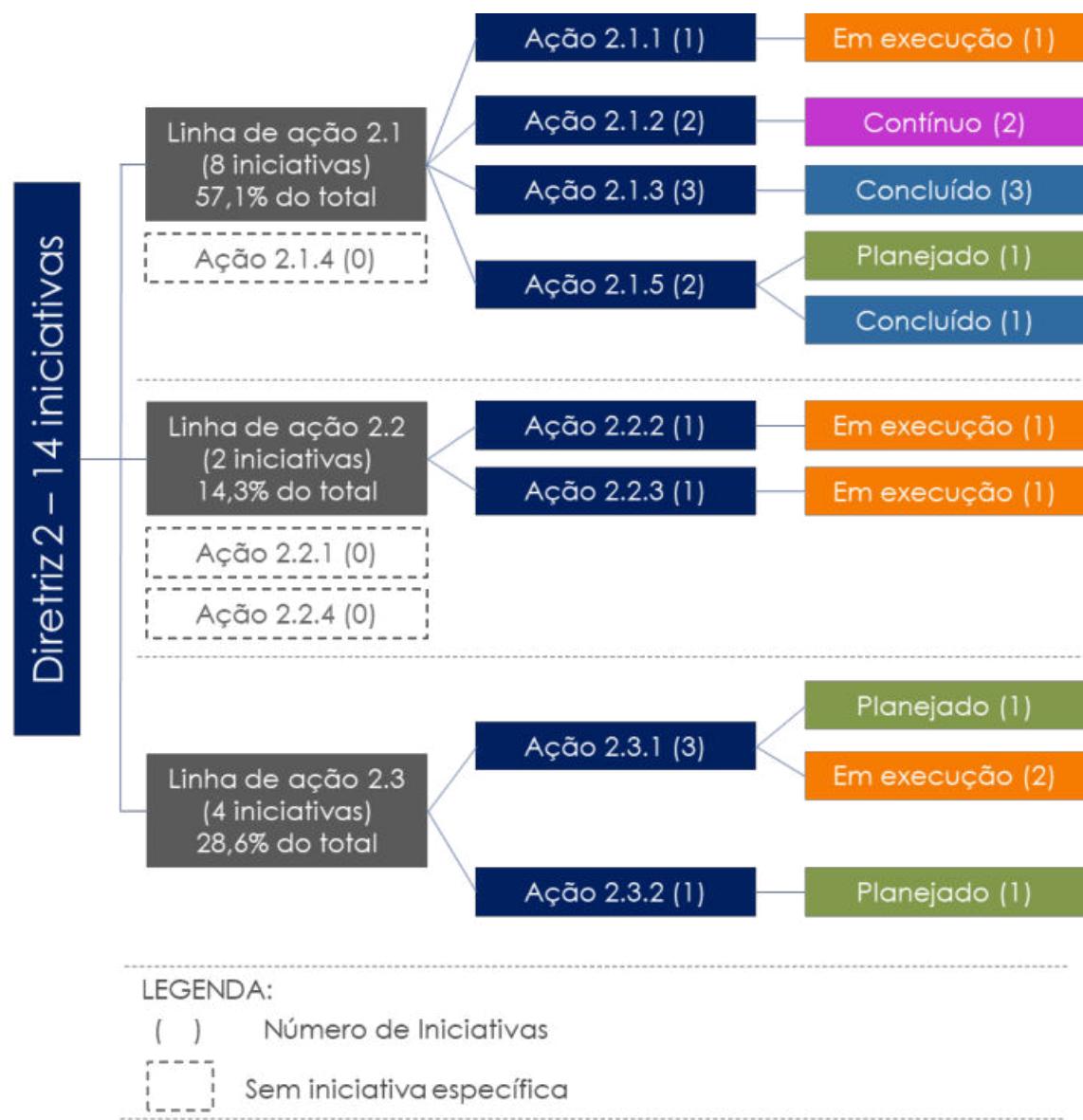


Aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek, Brasília, DF. Foto: Ricardo Botelho

## DIRETRIZ 2 – MUDANÇA DO CLIMA

Na temática **Mudança do Clima** estabelecida na **Diretriz 2 - Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes**, para o período 2020 a 2022 da Agenda de Sustentabilidade do MInfra, foram estabelecidas 3 linhas de ação, as quais foram desdobradas em 11 ações. O trabalho de mapeamento chegou ao montante de 14 iniciativas, classificadas como de ação continuada ou em fases distintas de projeto (planejadas, em execução ou concluídas), conforme a Figura 2.

**Figura 2.** Diagrama das iniciativas correspondente a Diretriz 2

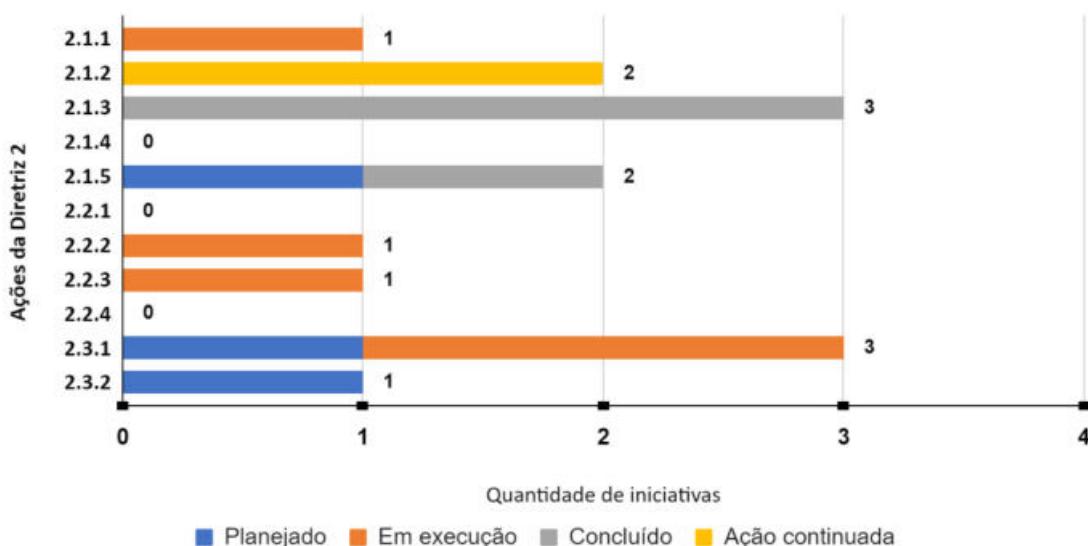




Para a Diretriz 2, do total de 14 iniciativas mapeadas, a maioria trata da Linha de ação 2.1 – *Promover a institucionalização do tema de mudança do clima, seja adaptação ou mitigação, garantindo a sua integração e consideração nas atividades e projetos do Ministério e suas vinculadas.* A Linha de ação 2.2 - *Promover a gestão de riscos climáticos e adaptação à mudança do clima da infraestrutura de transportes* apresentou 2 iniciativas e a Linha de ação 2.3 - *Adotar e promover medidas de mitigação da mudança do clima, visando à redução de emissões de GEE no setor,* 4 iniciativas.

Já em relação à distribuição dessas 14 iniciativas no universo de 8 ações previstas na Agenda para a Diretriz 2, verifica-se que todas as linhas de ação apresentam no mínimo 2 iniciativas, e as ações com mais iniciativas são a 2.1.3 - *Estudar formas de conceder incentivos para os empreendimentos que aplicam a gestão de riscos climáticos e a mitigação de emissões de GEE* e a 2.3.1 - *Considerar gradualmente variáveis relacionadas à emissões de GEE nos planos estratégicos do setor, buscando incorporar a precificação de carbono nos critérios de decisão econômicos*, conforme Gráfico 6.

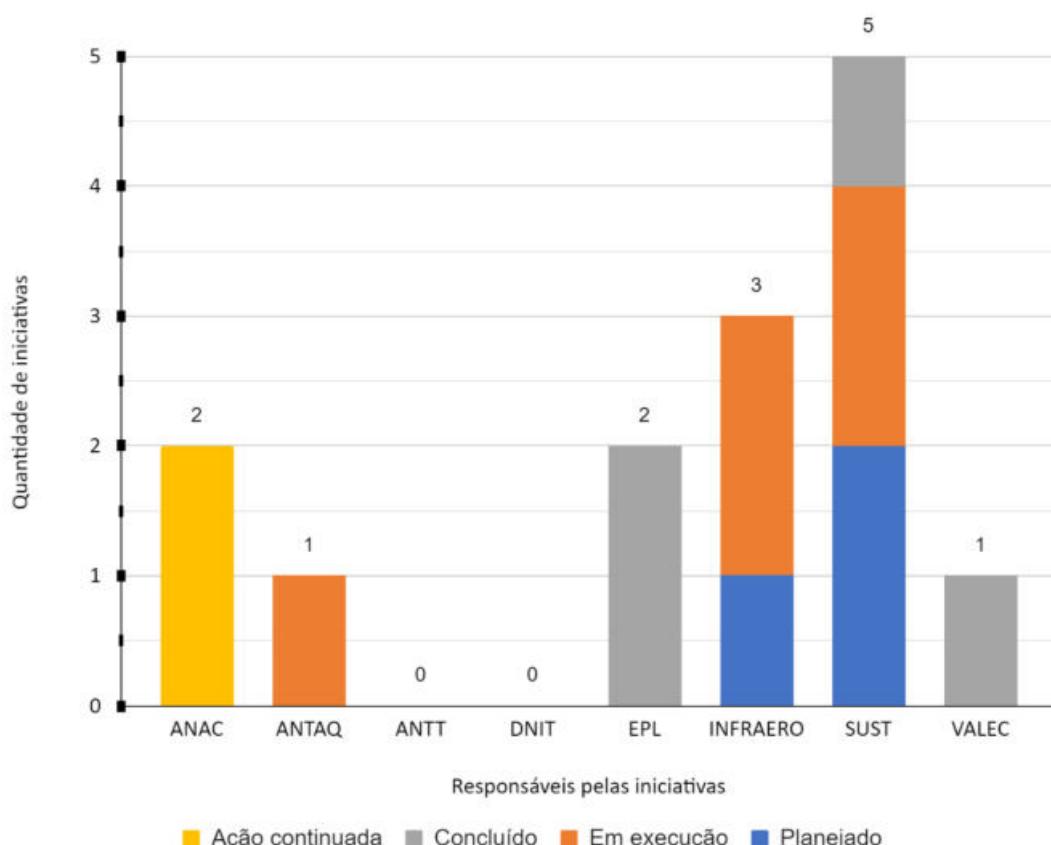
**Gráfico 6.** Distribuição de iniciativas por ação da Diretriz 2



O MInfra e suas entidades vinculadas sinalizam um importante movimento na direção de institucionalizar as questões relacionadas à mudança do clima, ao promover parcerias institucionais para desenvolver estudos e capacitar seus corpos técnicos, bem como de buscar a certificação verde de seus ativos.

Das 14 iniciativas relacionadas, 4 já foram concluídas, 5 encontram-se em execução e 3 estão em fase de planejamento. Outras 2 iniciativas se referem a atividades de caráter continuado que contribuem para alcançar os objetivos da Diretriz 2. O Gráfico 7 apresenta a distribuição do estágio de execução das 14 iniciativas identificadas pelos seus respectivos responsáveis.

**Gráfico 7.** Quantidade e status das iniciativas por unidade responsável





## DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS

**Linha de ação 2.1** - Promover a institucionalização do tema de mudança do clima, seja adaptação ou mitigação, garantindo a sua integração e consideração nas atividades e projetos do Ministério e suas vinculadas.

2.1.1 Estabelecer parcerias com universidades, academia, cooperação técnica, institutos de pesquisa, bancos de fomento, entre outros, para estudos de adaptação à mudança do clima.

**Quadro 11.** Quadro-resumo da linha de ação 2.1.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
SUST/ MInfra	Desenvolvimento de projetos de cooperação e parcerias em temas relacionados à sustentabilidade e adaptação à mudança do clima nos empreendimentos de infraestrutura em transportes.	Parceria com a GIZ para a realização de levantamento dos impactos e riscos da mudança do clima sobre a infraestrutura federal de transporte terrestre (rodovias e ferrovias)	Em execução	Obter subsídios para o desenvolvimento de estratégias de adaptação no setor.

2.1.2 Incentivar a participação nos fóruns de discussão nacionais e internacionais que tratam de mudança do clima.

**Quadro 12.** Quadro-resumo da linha de ação 2.1.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
ANAC	Comitê de Proteção Ambiental da Aviação da OACI	Comitê técnico de suporte ao Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).	Contínuo	Seu intuito é o de conduzir estudos específicos relacionados ao controle de ruído de aeronaves, ao controle de emissões de

				poluentes e de CO2 de aeronaves e ao CORSIA. O comitê faz seu planejamento em ciclos de 3 anos, coincidindo com os ciclos das Assembleias da OACI. Assim sendo, a cada 3 anos, uma reunião é organizada na qual são avaliados os resultados dos trabalhos dos diversos grupos de trabalho, os quais são submetidos ao Conselho da OACI para aprovação, e então encaminhados à Assembleia da OACI.
ANAC	Fórum Brasileiro de Mudança do Clima	É o espaço de articulação de atores da sociedade civil e governo, com atuação nacional.	Contínuo	Visa conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima.

2.1.3 Estudar formas de conceder incentivos para os empreendimentos que aplicam a gestão de riscos climáticos e a mitigação de emissões de GEE.



**Quadro 13.** Quadro-resumo da linha de ação 2.1.3

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
EPL	Índice de emissões de GEE	Parceria realizada com o IEMA para desenvolvimento da metodologia de apuração do índice de emissões de GEE, a ser adotado no Plano Nacional de Logística – PNL.	Concluído	Inserir a variável climática no planejamento estratégico do setor.
EPL	Estimativas de emissões de GEE para Ferrogrão, FIOL E FICO.	Elaboração de relatório de emissões para as ferrovias FIOL, FICO e Ferrogrão, conforme metodologia do PNL.	Concluído	Certificação dos empreendimentos como projetos verde e emissão de títulos verdes.
Valec	Estimativas de emissões GEE para Ferrogrão, FIOL e FICO	Elaboração de relatório de emissões para as ferrovias FIOL, FICO e Ferrogrão, conforme metodologia do GHG Protocol.	Concluído	Certificação dos empreendimentos como projetos verde e emissão de títulos verdes.

2.1.4 Realizar levantamento dos normativos do setor (instruções para projetos, manuais, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), estruturação para concessões ou outras parcerias, normas de engenharia), para revisão à luz dos novos desafios impostos pela mudança do clima.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

2.1.5 Estabelecer processo continuado de capacitação em adaptação e mitigação da mudança do clima no âmbito do MInfra e vinculadas.

**Quadro 14.** Quadro-resumo da linha de ação 2.1.5

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
SUST/ MInfra	Curso introdutório de	Curso autoinstrucional de acesso livre, desenvolvido	Concluído	Difundir noções básicas de

	Mudança do Clima VIA VIVA	na plataforma da Enap, desenvolvido em parceria com a GIZ. O curso será etapa obrigatória para participar da etapa de <i>Climate Proofing</i> .		mudança do clima para os profissionais que atuam no setor.
SUST/ MInfra	Climate Proofing	Oficinas que objetivam aplicar os conceitos de mudança do clima na prática. Serão realizadas por meio de parceria com a GIZ, sendo uma primeira turma ainda em 2020 e outras quatro turmas em 2021, cada uma voltada especificamente para um modo de transporte.	Planejado	Ampliar o conhecimento prático sobre mudança do clima de profissionais que atuam em áreas estratégicas do setor.

**Linha de ação 2.2** - Promover a gestão de riscos climáticos e adaptação à mudança do clima da infraestrutura de transportes.

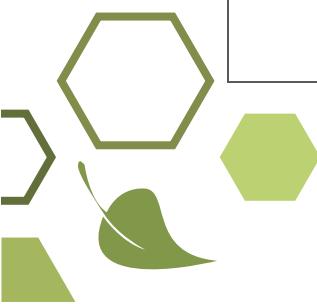
2.2.1 Considerar os riscos climáticos e as ações de adaptação na formulação dos procedimentos, critérios e normas, sempre que pertinente.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

2.2.2 Realizar estudos de vulnerabilidade aos riscos climáticos do setor de infraestrutura de transporte, com avaliações gradualmente mais completas e, sempre que possível, econômicas, visando subsidiar tomadas de decisões.

**Quadro 15.** Quadro-resumo da linha de ação 2.2.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Antaq	Estratégias de adaptação à mudança do clima para a infraestrutura portuária	Realizar levantamento dos impactos e riscos da mudança do clima sobre a infraestrutura portuária.	Em execução	Obter subsídios para o desenvolvimento de estratégias de adaptação no setor portuário.





2.2.3 Institucionalizar a consideração de riscos climáticos e a promoção de ações de adaptação nos instrumentos de planejamento do setor.

**Quadro 16.** Quadro-resumo da linha de ação 2.2.3

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Infraero	Elaboração de Planos de Mitigação	Elaboração de Planos de Mitigação e Adaptação para não apenas atender à demanda interna como externa (Projeto Aeródromos Sustentáveis da ANAC). Esses serão enviados aos aeroportos para execução, com previsão de envio para novembro/2020. Importante destacar que não há como prever o quanto do Plano será executado em decorrência da concessão, principalmente nas ações que envolvam investimentos.	Em execução	Incorporar as questões de riscos climáticos na gestão aeroportuária.

2.2.4 Coletar, sistematizar e divulgar informações de impactos causados por eventos climáticos nas infraestruturas de transporte do País, adaptando e incorporando sua exigência nos instrumentos de coleta de informações já existentes ou estabelecendo novos mecanismos.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

**Linha de ação 2.3** - Adotar e promover medidas de mitigação da mudança do clima, visando à redução de emissões de GEE no setor.

2.3.1 Considerar gradualmente variáveis relacionadas às emissões de GEE nos planos estratégicos do setor, buscando incorporar a precificação de carbono nos critérios de decisão econômicos.

**Quadro 17.** Quadro-resumo da linha de ação 2.3.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
SUST/ MInfra	Certificação Verde Programa Ferrovias - CBI	Obter a certificação da Climate Bonds Initiative - CBI para que Programa de Novas Concessões Ferroviárias possa ser financiado por meio da emissão de títulos verdes.	Em execução	Viabilizar o financiamento dos empreendimentos Ferrogrão, FIOL e FICO com títulos verdes.
Infraero	Certificação Airport Carbon Accreditation (ACA) da Airports Council International (ACI) nível 1 (SBRJ)	Certificação do Aeroporto Santos Dumont - SBRJ no Programa de Acreditação de Carbono da Airports Council International (ACI).	Em execução	Certificação do Aeroporto Santos Dumont - SBRJ no Programa de Acreditação de Carbono da Airports Council International (ACI).
Infraero	Certificação Airport Carbon Accreditation (ACA) da Airports Council International (ACI) nível 1 (CGH)	Certificação do Aeroporto de Congonhas - CGH no Programa de Acreditação de Carbono da Airports Council International (ACI)	Planejado	Certificação do Aeroporto de Congonhas - CGH no Programa de Acreditação de Carbono da Airports Council International (ACI)

2.3.2 Realizar levantamento dos fundos verdes internacionais (green bonds) e suas condicionantes em mudança do clima, visando considerá-los na concepção de projetos do setor.

**Quadro 18.** Quadro-resumo da linha de ação 2.3.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
SUST/ MInfra	Levantamento de requisitos considerados por fundos verdes internacionais.	Levantamento de requisitos considerados por fundos verdes internacionais, com foco no setor de infraestrutura de transportes	Planejado	Identificação dos instrumentos econômicos que possam, de forma viável, financiar e criar capacidade técnica e institucional





				para a adoção de medidas que consolidem a economia de baixo carbono no país para o setor de infraestrutura de transportes.
--	--	--	--	--

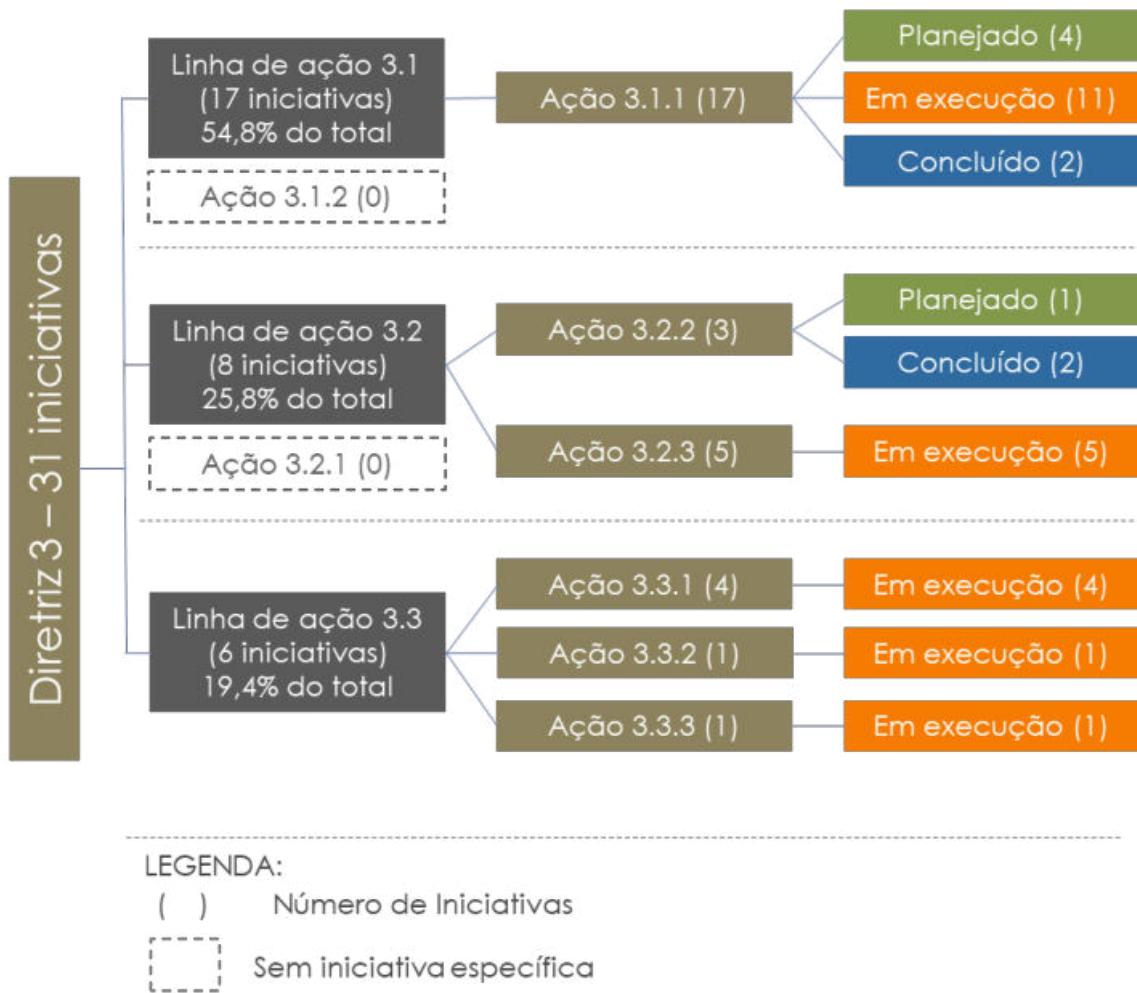


Ferrovia Norte-Sul. Foto: Edsom Leite

## DIRETRIZ 3 – PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS

Na temática **Projetos, Estudos e Pesquisas**, estabelecida na **Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental**, para o período 2020 a 2022 da Agenda de Sustentabilidade do MInfra, foram estabelecidas 3 linhas de ação, as quais foram desdobradas em 8 ações. Neste trabalho de mapeamento chegou ao montante de 31 iniciativas, classificadas em fases distintas de projeto (planejadas, em execução ou concluídas), conforme a Figura 3.

**Figura 3.** Diagrama das iniciativas correspondente a Diretriz 3

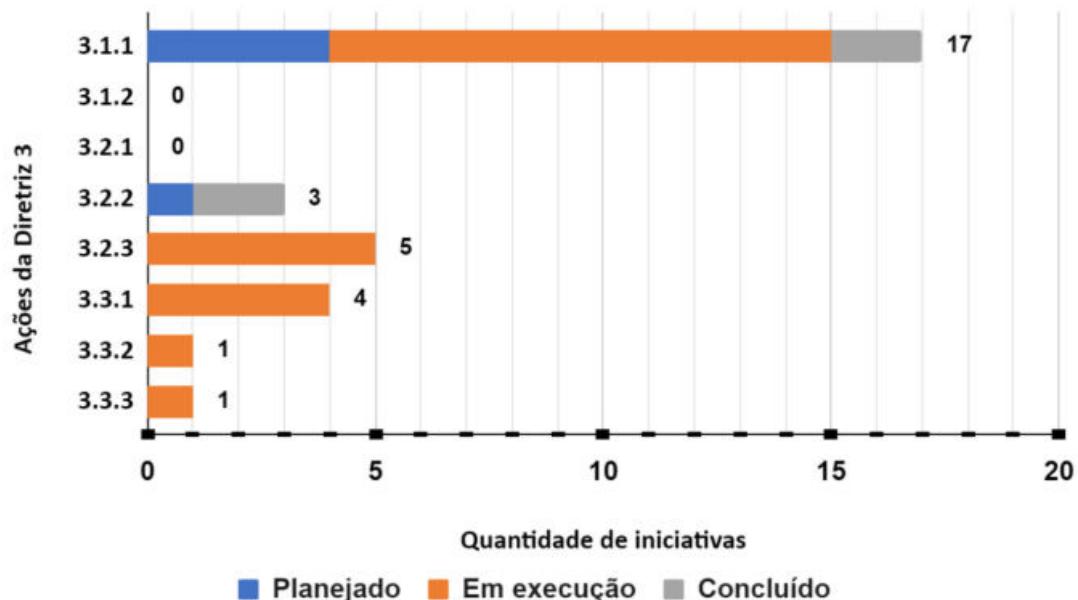


Para a Diretriz 3, do total de 31 iniciativas mapeadas, a ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do

MInfra, apresentou o maior número de iniciativas de todas as demais ações da Agenda, totalizando 17 iniciativas, representando cerca de 54,8% do total das iniciativas da Agenda.

As iniciativas de fortalecimento das atividades de pesquisa em tecnologias e inovações do setor de transporte também apresentaram destacadas nesta Diretriz, com atenção a ação 3.2.2 - *Criar repositório de publicações científicas e incentivar publicação de artigos técnicos sobre as temáticas socioambiental e territorial* e 3.2.3 - *Buscar parcerias com universidades, academia, cooperação técnica, institutos de pesquisa, bancos de fomento, startups, entre outros, para estudos na temática socioambiental e territorial*, que juntas apresentaram 8 iniciativas. O Gráfico 8 sintetiza a distribuição das iniciativas por ação da Diretriz 3.

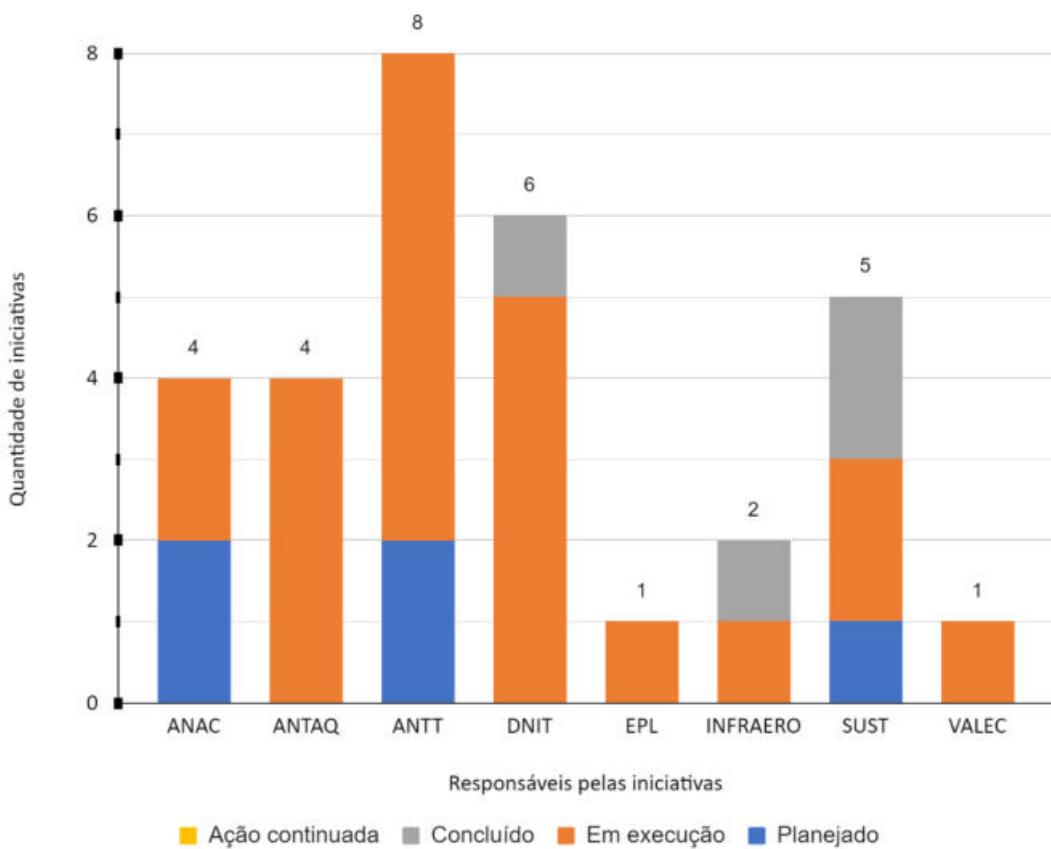
**Gráfico 8.** Distribuição de iniciativas por ação da Diretriz 3



Das 31 iniciativas relacionadas, 4 já foram concluídas, 22 encontram-se em execução e 5 estão em fase de planejamento. Segue a distribuição do estágio de execução das 31 iniciativas identificadas pelos seus respectivos responsáveis, conforme o Gráfico 9.



**Gráfico 9.** Quantidade e status das iniciativas por unidade responsável



## DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS

**Linha de ação 3.1** - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial.

3.1.1 Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.

**Quadro 19.** Quadro-resumo da linha de ação 3.1.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRÍÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
ANAC	Atualização do RBAC 34	O RBAC 34 é o regulamento de certificação de emissões de	Planejado	Incorporar a nova norma de certificação de emissões de material

		poluentes de motores de aviões.		particulado não-volátil instituída pela OACI.
ANAC	Atualização do RBAC 36	O RBAC 36 é o regulamento de certificação de ruído de aeronaves.	Em execução	Incorporação de novas emendas, tais como limites regulatórios mais rígidos para aviões, helicópteros e tilt-rotors, além de outras provisões.
ANAC	Atualização do RBAC 38	O RBAC 38 é o regulamento de certificação de emissões de CO2 de aviões.	Planejado	Incorporar a emenda ao Volume III do Anexo 16 instituída pela OACI.
ANAC	Atualização do RBAC 161	Proposta de revisão do RBAC 161 para melhorar o índice de cumprimento normativo e a efetividade dos planos de zoneamento de ruído na proteção do entorno dos aeródromos.	Em execução	Melhorar o índice de cumprimento normativo e a efetividade dos planos de zoneamento de ruído na proteção do entorno dos aeródromos.
Antaq	Regulamentação do transporte de produtos perigosos na navegação interior	Estabelecer critérios e procedimentos para prestação de serviços de transporte de cargas perigosas na navegação interior.	Em execução	Aperfeiçoar o transporte de cargas perigosas na navegação interior.
Antaq	Revisão da Resolução nº 2239-Antaq	Transporte de cargas perigosas por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado.	Em execução	Aperfeiçoar o transporte de cargas perigosas nas instalações portuárias.
Antaq	Revisão da Resolução nº 2190-Antaq	Disciplina a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações.	Em execução	Aperfeiçoar a gestão de resíduos sólidos produzidos por embarcações
ANTT	Revisão da Portaria nº 028/2018	Revisão das Diretrizes para elaboração de estudos e projetos de rodovias.	Em execução	Aperfeiçoar a elaboração de estudos e projetos rodoviários pelas concessionárias.





ANTT	Solução simplificada para regularização de acessos às rodovias concedidas.	Criação de normativo estabelecendo procedimentos simplificados para regularização de acessos às rodovias concedidas (Fase A do TED com o LabTrans/UFSC).	Em execução	Viabilizar a regularização de acessos nas rodovias concedidas.
ANTT	Critérios de elaboração, apresentação e análise de projetos de Pólos Geradores de Tráfego - PGTs	Criação de normativo estabelecendo Critérios de elaboração, apresentação e análise de projetos de Pólos Geradores de Tráfego - PGTs (Fase B do TED com o LabTrans /UFSC).	Em execução	Aperfeiçoar a elaboração e análise de projetos de acessos relacionados a Pólos Geradores de Tráfego.
ANTT	Estudo e propostas para gestão das faixas de domínio, incluindo o desenvolvimento de soluções de engenharia simplificada para regularização de acessos às rodovias federais concedidas.	Os estudos sobre faixa de domínio, desenvolvidos ao longo dos últimos 12 meses (julho/2019 a agosto/2020 estão na fase final de desenvolvimento. Após a entrega final do Labtrans, prevista para agosto de 2020, serão realizados os procedimentos internos na ANTT visando a proposição de uma resolução acerca do assunto.	Em execução	Aperfeiçoar a gestão das faixas de domínio nas concessões rodoviárias.
ANTT	Revisão da Portaria nº 184/2018	A Portaria 184/2018 trata das diretrizes para elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE) e Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR), com vistas a atualizar alguns dos dispositivos da Portaria	Planejado	Aperfeiçoar os PAE e PGR a serem elaborados pelas concessionárias rodoviárias.

ANTT	Revisão da Portaria nº 283/2017	A Portaria 283/2017 trata dos procedimentos a serem adotados pelas concessionárias das rodovias federais para a elaboração e envio do Relatório de Acompanhamento Ambiental (RAA), do Relatório de Programas Sociais e Educacionais (RSE) e das comunicações realizadas entre a concessionária e os órgãos ambientais	Planejado	Aperfeiçoar o acompanhamento das ações socioambientais a serem desempenhadas pelas concessionárias rodoviárias.
DNIT	Revisão da instrução de serviço para a definição das Responsabilidades Ambientais das Construtoras – RAC	Requalificar o normativo denominado Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC), publicado em 2011, e que carece da incorporação da experiência de campo desde a publicação do normativo.	Em execução	Otimizar a execução de determinadas ações dentro dos programas ambientais, as quais passarão a ser executadas diretamente pelas construtoras.
DNIT	Novas regras para regularização ambiental de rodovias (Novo PROFAS)	Revisão da Portaria Interministerial que trata da regularização ambiental de rodovias. A proposta de minuta da nova portaria interministerial já foi concluída e aguarda publicação.	Concluído	Viabilizar a regularização ambiental das rodovias e obtenção das respectivas licenças de operação.
SUST/MInfra	Levantamento dos normativos ambientais e territoriais	Compilação dos normativos utilizados no âmbito do MInfra e vinculadas para a gestão ambiental e territorial.	Concluído	Identificação de conflitos, convergências e possibilidades de aperfeiçoamento normativo; maior transparência regulatória.





Valec	Revisão da Norma de Desapropriação	Revisão da Norma com o objetivo de atualizá-la e corrigir pontos que não atendam à legislação vigente, bem como aprimorar a execução das atividades, incluindo a exigência de georreferenciamento nos padrões oficiais em todos os processos a serem constituídos.	Em execução	Otimização dos procedimentos de desapropriação a serem executados pela Valec.
-------	------------------------------------	--	-------------	---

3.1.2 Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor nos normativos socioambientais.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

**Linha de ação 3.2** - Ampliar e fortalecer as atividades de pesquisa em tecnologias e inovações do setor de transporte.

3.2.1 Fomentar a aplicação da verba de investimento tecnológico nas temáticas socioambientais e territorial.

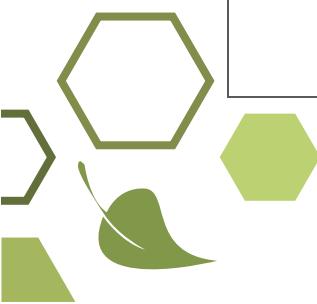
Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

3.2.2 Criar repositório de publicações científicas e incentivar publicação de artigos técnicos sobre as temáticas socioambiental e territorial.

**Quadro 20.** Quadro-resumo da linha de ação 3.2.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Infraero	Livro: Publicações Técnicas Aspectos Ambientais em Aeroportos Ano 2017-2018	A presente publicação reúne artigos técnicos que exemplificam a atuação da Infraero frente a aspectos ambientais inerentes a atividade aeroportuária.	Concluído	Fomento da pesquisa na empresa, utilização de banco de dados de informações ambientais e

		Ao mesmo tempo pode servir como uma contribuição técnica e fonte de consulta.		produção de conhecimento relevante. Condensação do conhecimento produzido no biênio em um único documento.
SUST/ MInfra	Livro Via Viva 2020	Periódico virtual e impresso anual relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes, ISSN 2675-2662 e e-ISSN-2675-2700, de conteúdo gratuito.	Concluído	A produção técnica Via Viva é uma publicação anual de trabalhos originais, relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes ou que apresentem resultados de estudos ou experiências profissionais sobre o setor de transportes, em especial, em relação a políticas, planos, programas e projetos setoriais.
SUST/ MInfra	Livro Via Viva 2021	Periódico virtual e impresso anual relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes, ISSN 2675-2662 e e-ISSN-2675-2700, de conteúdo gratuito.	Planejado	A produção técnica Via Viva é uma publicação anual de trabalhos originais, relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes ou que apresentem resultados de estudos ou experiências



				profissionais sobre o setor de transportes, em especial, em relação a políticas, planos, programas e projetos setoriais.
--	--	--	--	--

3.2.3 Buscar parcerias com universidades, academia, cooperação técnica, institutos de pesquisa, bancos de fomento, startups, entre outros, para estudos na temática socioambiental e territorial.

**Quadro 21.** Quadro-resumo da linha de ação 3.2.3

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Antaq	Cooperação Técnica com a GIZ	Execução de estudo, por meio de cooperação técnica com a GIZ, para identificar impactos e riscos da variabilidade climática e seus efeitos nos portos brasileiros, inclusive com recomendações para medidas de adaptação.	Em execução	Desenvolver uma estratégia de adaptação dos portos brasileiros às mudanças do clima.
ANTT	TED-003/2018 com a UFSC	Foi firmado entre ANTT e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sendo que seu objeto 8 se refere a estudos relacionados a custos médios gerenciais ambientais e seu objeto 10 se refere a estudos e propostas para gestão das faixas de domínio.	Em execução	Promover estudos nas áreas ambiental e territorial que possam subsidiar a elaboração de normativos e o aperfeiçoamento de procedimentos.
Infraero	Convênio com a COPPE/UFRJ	O convênio tem por objeto a cooperação entre a Fundação COPPETEC e a Infraero, para o desenvolvimento de pesquisa aplicada ao ruído aeronáutico e	Em execução	Aperfeiçoar os procedimentos de avaliação e controle do ruído aeronáutico.

		treinamento em avaliação e controle do ruído aeroportuário para técnicos da Infraero, com objetivo de promover a capacitação e desenvolvimento das equipes de profissionais da Infraero.		
SUST/ MInfra	Memorando de entendimentos com a GIZ	Desenvolvimento de projetos de cooperação de apoio aos objetivos comuns relativos ao desenvolvimento sustentável; ações de fortalecimento, implementação das Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra; e a temas relacionados à adaptação a mudança do clima nos empreendimentos de infraestrutura em transportes.	Em execução	Promover estudos e atividades relacionadas ao fortalecimento das Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra e ao tratamento das questões relativas a adaptação a mudança do clima na infraestrutura de transportes.
SUST/ MInfra	Memorando de entendimentos com CBI	Cooperação para interesses comuns relativos à certificação de projetos de parceria do setor de infraestrutura de transportes.	Em execução	Possibilitar o financiamento da infraestrutura de transportes pode meio de títulos verdes.

**Linha de ação 3.3** - Aprimorar instrumentos utilizados para contratação de estudos, projetos e pesquisas.

3.3.1 Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e cumprimento de condicionantes ambientais, preferencialmente de forma integrada entre os modais e considerando as especificidades de cada um.



**Quadro 22.** Quadro-resumo da linha de ação 3.3.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
ANTT	Custos Médios Gerenciais Ambientais	Definir os Custos Médios Gerenciais (CMG) para a contratação de estudos, serviços e ações correlatas à obtenção de licenças e autorizações necessárias às obras, aos serviços e à operação de empreendimentos rodoviários, incluindo a implementação e a execução de programas e condicionantes socioambientais (objeto 8 do TED)	Em execução	Aperfeiçoar a precificação dos estudos, serviços e programas ambientais.
DNIT	Parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT	Estabelecer parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT e sua incorporação ao Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO.	Em execução	Aperfeiçoar a precificação dos estudos, serviços e programas ambientais.
DNIT	Novo modelo de contratação de Estudos Ambientais	Viabilizar a contratação dos Estudos Ambientais junto aos EVTEAS. Já foi realizado um primeiro estudo para a parametrização dos custos dos estudos com base na série histórica. Necessária apresentação para validação interna e modelagem dos produtos. Após isso virá o desenvolvimento do Termo de Referência.	Em execução	Viabilizar o início do processo de licenciamento o mais cedo possível e potencializando que ao fim do EVTEA já seja possível a emissão de LP
EPL	Metodologia para resarcimento de estudos, análises e obtenção de licenças ambientais	Definição de metodologia e parametrização de custos para o resarcimento da empresa pelos estudos ambientais elaborados ou analisados, bem como pela	Em execução	Aperfeiçoar a precificação de estudos, análises e serviços ambientais prestados pela EPL.

		obtenção das licenças ambientais.		
--	--	-----------------------------------	--	--

3.3.2 Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e execução de serviços de desapropriação, reassentamento e regularização de áreas afetas à infraestrutura, preferencialmente de forma integrada entre os modais e considerando as especificidades de cada um.

**Quadro 23.** Quadro-resumo da linha de ação 3.3.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Novas metodologias de engenharia consultiva para serviços de desapropriação e reassentamento	Desenvolver novas metodologias para definição de custos referenciais a serem utilizados nas contratações de estudos e projetos de desapropriação e reassentamento que estejam de acordo com as premissas adotadas na implantação do novo SICRO.	Em execução	Aperfeiçoar o dimensionamento de custos relacionados aos serviços de desapropriação e reassentamento.

3.3.3 Modelar contratação de serviços/produtos de desapropriação e reassentamento por meio de atas de registro de preços.

**Quadro 24.** Quadro-resumo da linha de ação 3.3.3

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Modelagem de contratação de serviços de desapropriação e reassentamento	Elaboração de Termo de Referência para Ata de Registro de Preço para contratação de serviços de desapropriação e reassentamento. Encontra-se em fase final de elaboração.	Em execução	Aperfeiçoar a forma de contratação dos serviços de desapropriação e reassentamento.





Túnel das obras da BR-116 na Serra do Cafezal, SP. Foto: Edsom Leite

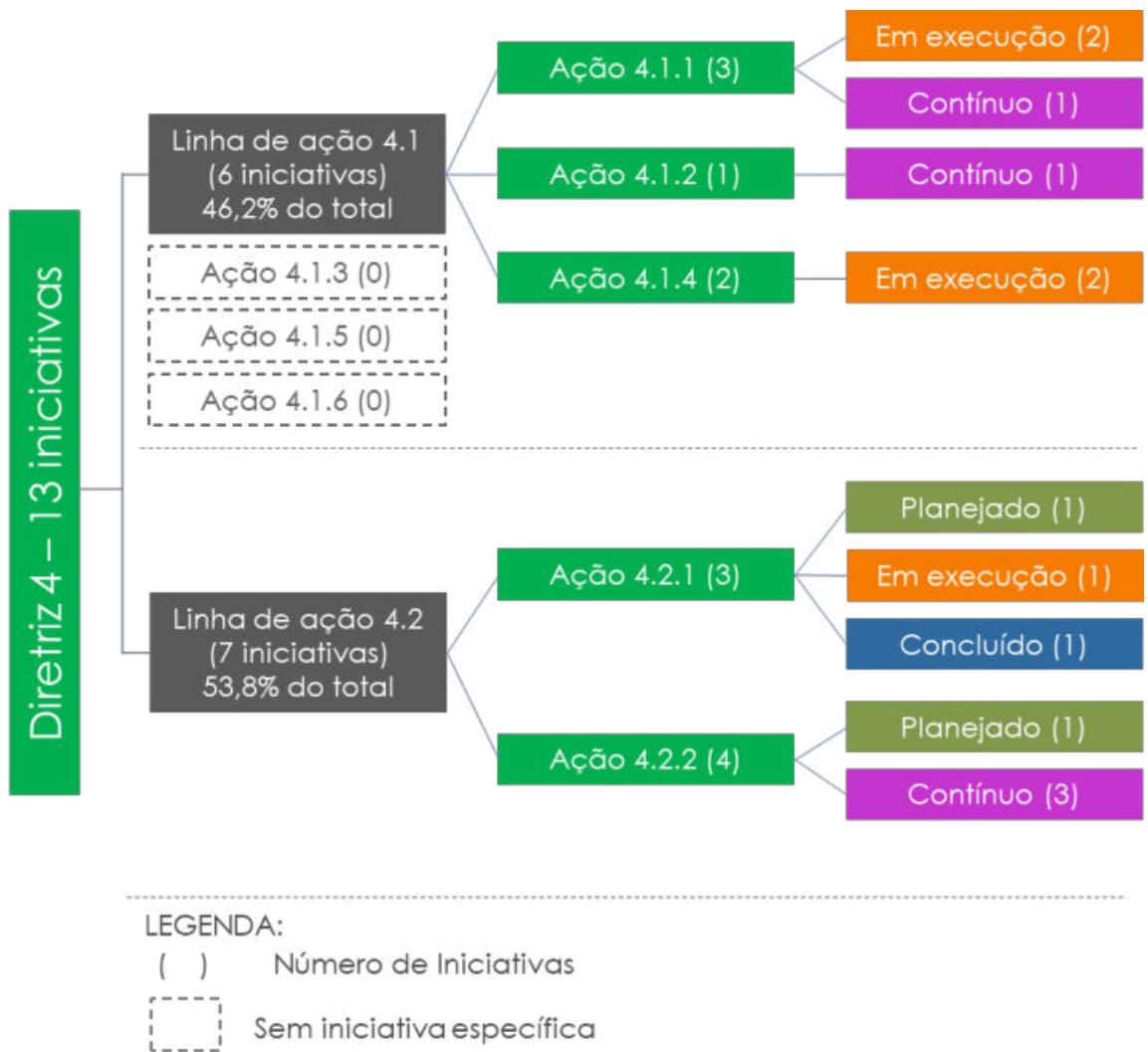
## DIRETRIZ 4 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Na temática **Licenciamento Ambiental** estabelecida na **Diretriz 4 - Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando à sua maior celeridade**, para o período 2020 a 2022 da Agenda de Sustentabilidade do MInfra, foram estabelecidas 2 linhas de ação, as quais foram desdobradas em 8 ações. Neste trabalho de mapeamento chegou ao montante de 13 iniciativas, classificadas como de ação continuada ou em fases distintas de projeto (planejadas, em execução ou concluídas).

Para a Diretriz 4, do total de 13 iniciativas mapeadas, 6 iniciativas correspondem a Linha de Ação 4.1 - Assegurar a eficiência processual possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental, seguida por 7 iniciativas elencadas na Linha de Ação 4.2 – Aprimorar a gestão da informação sobre licenciamento ambiental, conforme a Figura 4.



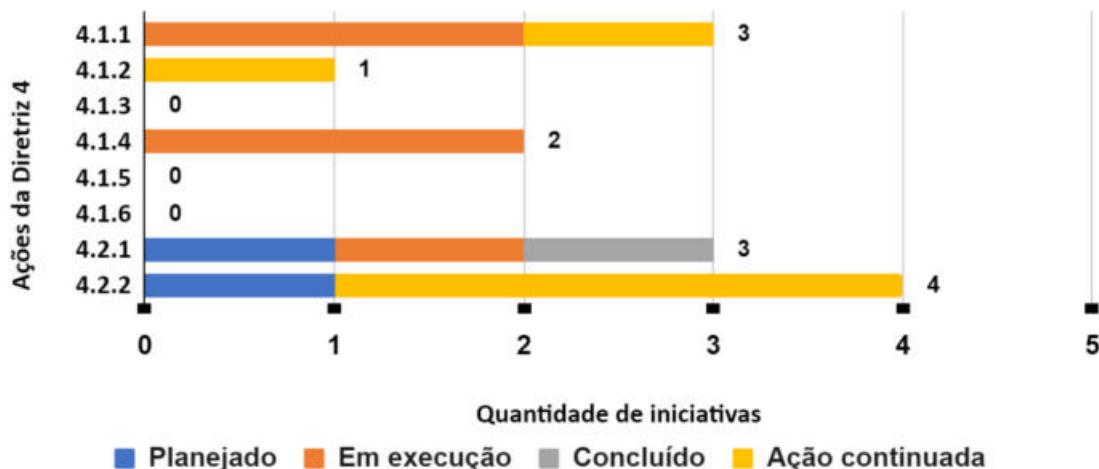
**Figura 4.** Diagrama das iniciativas correspondente a Diretriz 4



Já em relação à distribuição dessas 13 iniciativas para a Diretriz 4, destaca-se que 3 delas correspondem a ação 4.1.1 - *Propor a padronização dos Planos e Programas Ambientais*, sendo que todas iniciativas de Padronização de Planos e Programas Ambientais para todos os modos de transportes terrestres e portuário, além da Estratégia para endereçamento e governança das ações dos Planos Básicos Ambientais Indígenas estão em execução. Ainda se destaca 4 iniciativas tidas como de caráter continuado referente a ação 4.2.2 - *Promover a adoção do Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SIGESA) como plataforma de acompanhamento dos empreendimentos no âmbito do MInfra*. A parcela de iniciativas continuadas corresponde a 38% desta Diretriz, contemplando a utilização do SIGESA e a

padronização de Termos de Referência dos estudos ambientais e Planos e Programas Ambientais, conforme o Gráfico 10.

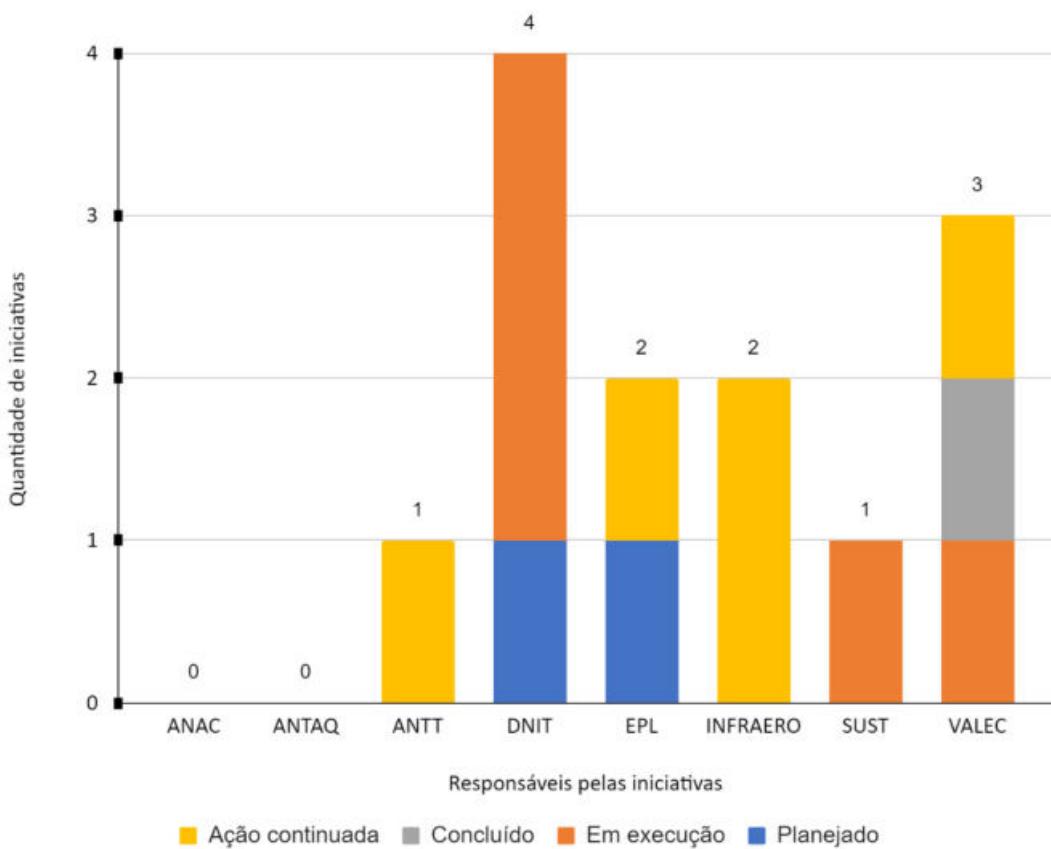
**Gráfico 10.** Distribuição de iniciativas por ação da Diretriz 4



Das 13 iniciativas relacionadas, 2 estão em fase de planejamento, 5 encontram-se em execução e 1 foi concluída. Também vale destacar que outras 5 iniciativas se referem a atividades de caráter continuado que contribuem para alcançar os objetivos da Diretriz 4. Segue a distribuição do estágio de execução das 13 iniciativas identificadas pelos seus respectivos responsáveis, conforme o Gráfico 11.



**Gráfico 11.** Quantidade e status das iniciativas por unidade responsável



## DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS

**Linha de ação 4.1** - Assegurar a eficiência processual possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental.

4.1.1 Propor a padronização dos Planos e Programas Ambientais.

**Quadro 25.** Quadro-resumo da linha de ação 4.1.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Estratégia para endereçamento e governança das ações dos Planos Básicos Ambientais Indígenas	Avançar junto ao MInfra e Funai nas discussões sobre a proposição de programas padrão, bem como avaliar a possibilidade de criação de um fundo de compensação	Em execução	Maior eficiência na obtenção de liberação de frentes de serviço que interferem com terras indígenas, bem como na implementação dos respectivos Planos Básicos Ambientais - PBAs.

		indígena. Finalizado o levantamento inicial do passivo. Necessárias rodadas de discussões para elaborar plano.		
Infraero	Programas Ambientais	Os Programas contemplam os eixos temáticos ambientais e sanitários de interface com o planejamento, implantação e operação de aeroportos; são norteadores, tendo a Política como espinha dorsal das ações ambientais e sanitárias da empresa.	Contínuo	Planejamento, organização, execução e melhoria contínua das ações referentes aos programas e suas sinergias, alcançando os objetivos da Política Ambiental da empresa, bem como aumento da qualidade ambiental dos aeroportos.
SUST/Minfra	Padronização de Planos e Programas Ambientais do modo Rodoviário, Ferroviário e Portuário	Tem por objetivo de estabelecer requisitos mínimos a serem adotados pelos empreendedores quando da proposição dos PBAs junto ao Ibama.	Em execução	Maior previsibilidade para empreendedores e investidores tenham no dimensionamento das atividades, bem como na contratação de consultorias ambientais; Desburocratização e isonomia nos processos de licenciamento.

4.1.2 Propor a padronização de Termos de Referência dos estudos ambientais.

**Quadro 26.** Quadro-resumo da linha de ação 4.1.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Infraero	Termos de Referência	Documentação técnica padronizada, de modo a buscar eficiência da	Contínuo	Eficientização das contratações de produtos e serviços afetos à área de meio



		contratação de produtos e serviços.		ambiente. Capacidade de adaptação às diferentes realidades locais de cada aeroporto.
--	--	-------------------------------------	--	--

4.1.3 Estabelecer fórum de acompanhamento institucional dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura em todos os modais junto aos órgãos ambientais licenciadores.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

4.1.4 Implementar agenda com órgãos envolvidos no licenciamento ambiental para discussão de aspectos pontuais e gerais relacionados aos empreendimentos de transportes.

**Quadro 27.** Quadro-resumo da linha de ação 4.1.4

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Acordo de cooperação técnica junto ao ICMBio atinente ao atropelamento de Fauna, à luz do PRIM	Viabilizar a troca de informações e experiências entre DNIT e ICMBio para, a partir dos resultados iniciais do PRIM-IVT, continuar alimentando a base do sistema com os dados a serem disponibilizados pelo DNIT, bem como estabelecer protocolos para a viabilizar a orientação de dispositivos de mitigação ao atropelamento de fauna desde a fase de EVTEA. DNIT e ICMBio já trocaram ofícios para verificação do mútuo interesse. DNIT está trabalhando agora na proposição	Em execução	Otimização das previsões de dispositivos de mitigação ao atropelamento de fauna.

		de minuta de Plano de Trabalho.		
Valec	Parceria com ICMBio Plano Nacional de Conservação:	A Parceria se deu com o compartilhamento dos dados dos monitoramentos de animais atropelados e monitoramento de passagens inferiores de fauna na FNS para compor os estudos que subsidiarão as ações propostas nos Planos de Ação Nacional do ICMBio. Os Planos contemplam uma diretriz específica sobre Redução dos impactos causados por estradas, rodovias e ferrovias como a perda de indivíduos por atropelamento e o efeito-barreira das espécies.	Em execução	Otimização das previsões de dispositivos de mitigação ao atropelamento de fauna.

4.1.5 Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na Lei Geral de Licenciamento.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

4.1.6 Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na regulamentação da forma de consulta referente à OIT 169.

Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por outras iniciativas.

**Linha de Ação 4.2** – Aprimorar a gestão da informação sobre licenciamento ambiental.



4.2.1 Desenvolver a estruturação e a sistematização das informações ambientais produzidas pelas entidades vinculadas, considerando soluções tecnológicas existentes.

**Quadro 28.** Quadro-resumo da linha de ação 4.2.1

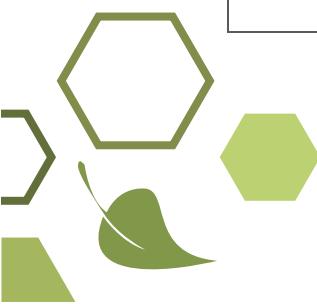
UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRÍÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
EPL	EIA/RIMA Digital	Ferramenta para disponibilizar os estudos de maneira sistematizada e georreferenciada.	Planejado	Aproveitamento de dados dos EIA/RIMAS existentes, evitando duplicidade de esforço quando se tratar de empreendimentos numa mesma região.
DNIT	Desenvolvimento do SGMAB	Ferramenta para assessorar a gestão de contratos de gestão ambiental em nível técnico e administrativo, com o objetivo de padronizar a atuação das empresas contratadas na disposição e apresentação da gestão ambiental, supervisão ambiental e de execução de programas ambientais.	Em execução	Objetiva padronizar a atuação das empresas contratadas na disposição e apresentação da gestão ambiental, supervisão ambiental e de execução de programas ambientais. As informações e dados referentes ao Andamento e dos produtos dos contratos seriam enviados via web de forma padronizada.
Valec	Valec Ambiental	Ferramenta de inteligência de negócios, disponibilizada online com informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos dos empreendimentos de infraestrutura. Versão beta em desenvolvimento. Ferramenta foi integrada, em conjunto com o Valec Territorial,	Concluído	Acesso em um só lugar de todas as informações dos empreendimentos. O Usuário poderá visualizar em um só ponto todos os aspectos de meio ambiente, gestão territorial, obra, projeto e execução físico-financeira, de forma integrada.

		ao Sistema da Diretoria de engenharia – SIDE.		
--	--	---	--	--

4.2.2 Promover a adoção do Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (Sigesa) como plataforma de acompanhamento dos empreendimentos no âmbito do MInfra.

**Quadro 29.** Quadro-resumo da linha de ação 4.2.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
ANTT	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	Contínuo	Auxiliar as entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura na gestão dos processos de licenciamento ambiental de seus empreendimentos.
EPL	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	Contínuo	Auxiliar as entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura na gestão dos processos de licenciamento ambiental de seus empreendimentos.
DNIT	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	Planejado	Auxiliar as entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura na gestão dos processos de licenciamento ambiental de seus empreendimentos.
Valec	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	Contínuo	Auxiliar as entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura na gestão dos processos de licenciamento ambiental de seus empreendimentos.





Obras de construção da Ponte Anita Garibaldi, em Laguna, SC. Foto: Acervo DNIT

## DIRETRIZ 5 – GESTÃO TERRITORIAL

Na temática **Gestão Territorial** estabelecida na **Diretriz 5 - Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais**, para o período 2020 a 2022 da Agenda de Sustentabilidade do MInfra, foram estabelecidas 3 linhas de ação, as quais foram desdobradas em 8 ações. Neste trabalho de mapeamento chegou ao montante de 17 iniciativas, classificadas como de ação continuada ou em fases distintas de projeto (planejadas, em execução ou concluídas).

Para a Diretriz 5, do total de 17 iniciativas mapeadas, 4 iniciativas correspondem a Linha de ação 5.1 - Aperfeiçoar procedimentos de desapropriação e deslocamento compulsório, seguida por 7 iniciativas elencadas na Linha de Ação 5.2 e 6 iniciativas correspondem à linha de ação 5.3 conforme a Figura 5.



**Figura 5.** Diagrama das iniciativas correspondente a Diretriz 5



**LEGENDA:**

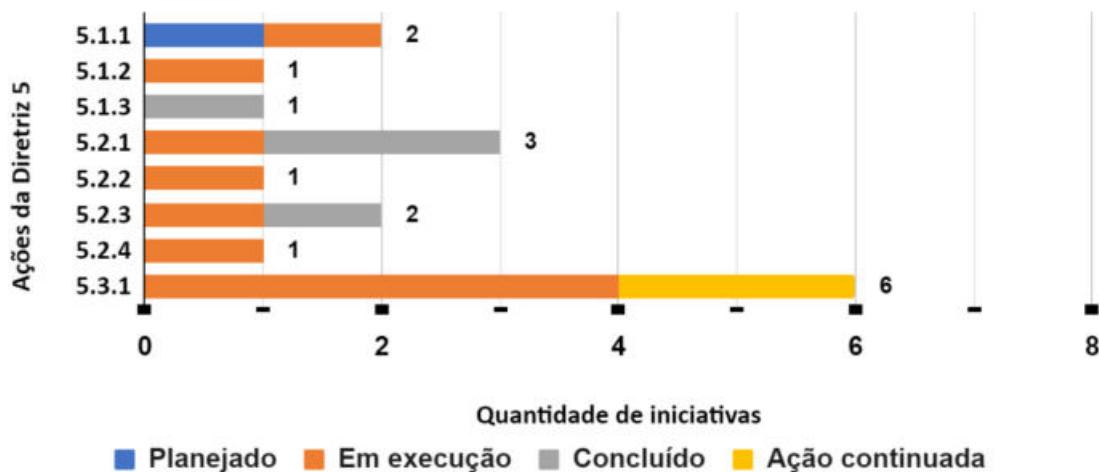
( ) Número de Iniciativas

Já em relação à distribuição dessas 17 iniciativas para a Diretriz 5, destaca-se que 6 delas correspondem a ação 5.3.1 - *Estruturar e implementar Programa de Regularização das Áreas de Infraestrutura de Transportes*, que diante da grande quantidade de ativos de infraestrutura de transportes terrestres, com real atenção dada às faixas de domínio. Importa ressaltar que todas as ações desta Diretriz apresentam ao menos uma iniciativa, conforme o Gráfico 12.

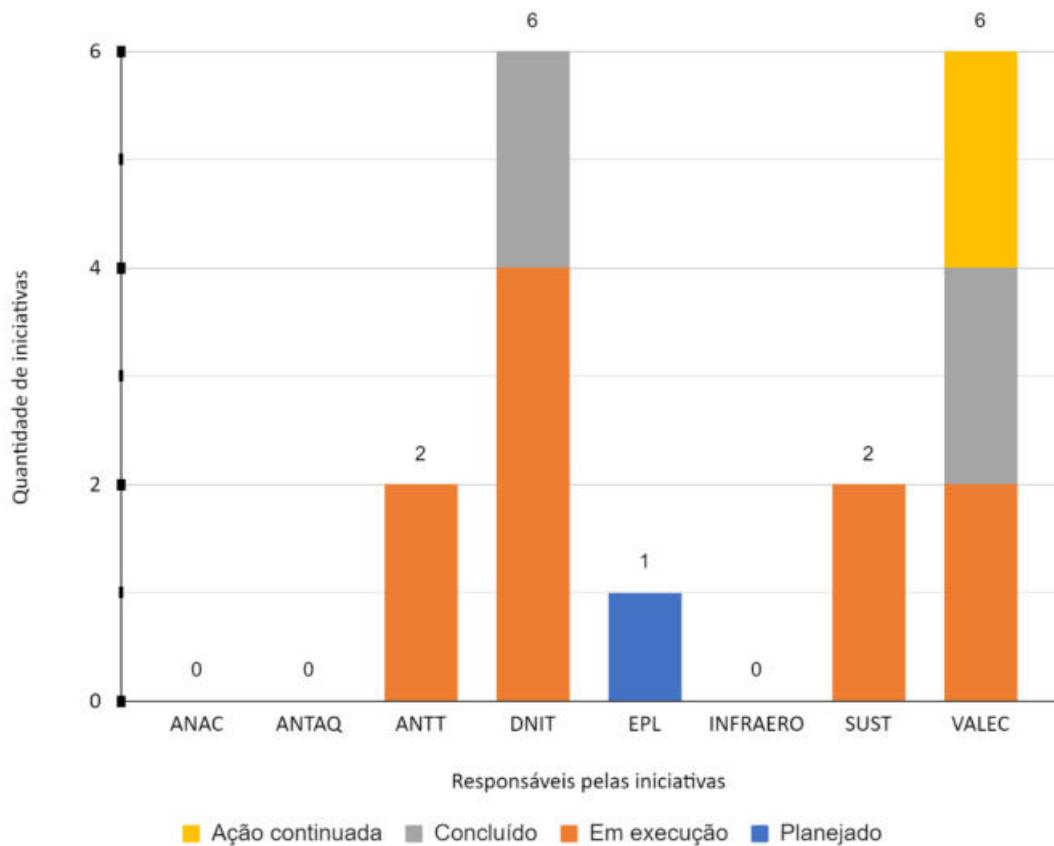
Das 17 iniciativas relacionadas, 1 se encontra em planejamento, 10 encontram-se em execução, 4 foram concluídas e 2 apresentam caráter continuado. Segue a distribuição do estágio de execução das 17

iniciativas identificadas pelos seus respectivos responsáveis, conforme o Gráfico 13.

**Gráfico 12.** Distribuição de iniciativas por ação da Diretriz 5



**Gráfico 13.** Quantidade e status das iniciativas por unidade responsável



## DETALHAMENTO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS

**Linha de ação 5.1** - Aperfeiçoar procedimentos de desapropriação e deslocamento compulsório.

5.1.1 Uniformizar entendimentos jurídicos das procuradorias no âmbito do MInfra, relevantes para a execução de procedimentos de desapropriação, afetação, desafetação de imóveis e deslocamento compulsório.

**Quadro 30.** Quadro-resumo da linha de ação 5.1.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
EPL	Banco de Normas e Jurisprudência	Consolidação dos normativos, leis, portarias e decisões judiciais, com base temática, aplicadas às diversas nuances da Gestão Territorial.	Planejado	Disponibilizar banco de instrumentos legais, normativos e jurisprudenciais relacionados à gestão territorial da infraestrutura.
SUST/MInfra	Diretrizes para Declaração de Utilidade Pública	Publicação de normativo com padronização de entendimentos e procedimentos para a publicação de declarações de utilidade pública pelo MInfra e suas vinculadas.	Em execução	Uniformização de entendimentos divergentes, bem como estabelecer rotina padrão para a publicação desses instrumentos.

5.1.2 Elaborar e institucionalizar o Programa Nacional de Desapropriação e Reassentamento Decorrentes de Obras de Infraestrutura de Transportes.

**Quadro 31.** Quadro-resumo da linha de ação 5.1.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Programa Nacional de Desapropriação e Reassentamento PNDR/DNIT	O PNDR reflete o planejamento, gestão e monitoramento integrados das ações de desapropriação e reassentamento no DNIT, com fluxos e papéis bem	Em execução	Tempestividade no acesso às informações, otimização na alocação dos recursos, minimização de

		definidos, a fim de estruturar a dinâmica da CGDR junto às Superintendências Regionais e aos fluxos orçamentários do DNIT, consolidando uma governança de gestão por resultados. Em fase de validação.		paralisações e atrasos de obras e projetos.
--	--	--	--	---

5.1.3 Publicar portaria estabelecendo as diretrizes do MInfra para deslocamentos compulsórios decorrentes de obras de infraestrutura de transportes.

**Quadro 32.** Quadro-resumo da linha de ação 5.1.3

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Instrução de Serviço (IS) Nº 18/2018	Regulamenta a análise socioeconômica de pessoas que ocupam irregularmente as faixas de domínio de vias federais gerenciadas pelo DNIT, instituindo a Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica e sua metodologia de aplicação.	Concluído	Padronizar os critérios para avaliar a vulnerabilidade socioeconômica dos ocupantes irregulares das faixas de domínio do DNIT, bem como promover a desocupação das faixas de domínio de forma que atenda à realidade social, salvaguardando os direitos à moradia e ao trabalho.

**Linha de ação 5.2** - Aprimorar a gestão da informação territorial da infraestrutura.

5.2.1 Criar base única de informações territoriais da infraestrutura de transportes (RIT).



**Quadro 33.** Quadro-resumo da linha de ação 5.2.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Valec	Valec Territorial	Ferramenta de inteligência de negócios e mapas interativos em plataforma web com os dados referentes à Gestão Territorial, onde foram incluídas informações de desapropriação, processos judiciais e de perícias, compondo a totalidade de serviços no âmbito da SUGAT.	Concluído	Ganho de escala no controle, respostas rápidas e precisas, maior accountability e possibilidade de melhoria contínua da gestão territorial da infraestrutura de transporte ferroviária.
Valec	Estruturação dos dados Valec no banco da INDE.	Prover a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com dados de empreendimentos ferroviários. A adesão à INDE foi submetida à aprovação da DIREN. Após aprovação, serão iniciadas as tratativas com a INDE para atendimento dos requisitos necessários e capacitação. Uma vez estruturados os dados, a sua atualização será contínua.	Em execução	Integrar as tecnologias, políticas, mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento, padrões e acordos, necessários para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais da Valec
Valec	Inventariança FNS	Quando da Concessão Nº 002/2018 referente ao trecho de Porto Nacional/TO à Estrela D'Oeste/SP - FNS foi realizado trabalho de inventariança com dados vetoriais e raster de todo o patrimônio imobiliário a ser concedido. Tal ferramenta serviu de paradigma para o TCU. Além disso foi factível inserir todos os dados	Concluído	Espacialização dos itens inventariados ao longo de toda a ferrovia; melhor visualização e análise dos dados inventariados; maior confiança na informação.

		referentes ao projeto e execução, com dados relativos aos bens móveis, pontos notáveis e passivos ambientais.		
--	--	---	--	--

5.2.2 Desenvolver e difundir o Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação e Reassentamento (SGPDR).

**Quadro 34.** Quadro-resumo da linha de ação 5.2.2

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação (SGPD)	O SGPD é uma solução informatizada para o planejamento, execução e controle das atividades de desapropriação em âmbito nacional. Etapa de elaboração e RGVs concluída. Está sendo aprimorada para abranger a etapa de celebração de acordos e registros de desapropriação, as atividades de reassentamento e integração com o VGeo.	Em execução	Maior controle e melhor gestão dos procedimentos de desapropriação e reassentamento.

5.2.3 Elaborar normativo para exigir georreferenciamento nos padrões oficiais em todos os processos que envolvam questões territoriais dos empreendimentos de transportes.

**Quadro 35.** Quadro-resumo da linha de ação 5.2.3

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Instrução Normativa nº 20/DNIT SEDE, de 03/06/2020	Dispõe sobre os procedimentos para Reconhecimento de Faixa de Domínio no DNIT. A IN menciona que o levantamento topográfico planialtimétrico dos limites e do eixo(s) da(s) via(s),	Concluído	Viabilizar a execução do Profaixa; cumprir as atribuições de gestão e fiscalização das faixas de domínio com maior





		deverá ser realizado de acordo com as normas técnicas aplicadas ao georreferenciamento de imóveis.		efetividade; executar as desapropriações de forma mais segura.
Valec	Sistemas e produtos cartográficos	Processo de estruturação do seu próprio portal web que contemplará dados dos empreendimentos ferroviários, imagens obtidas pelo sensoriamento remoto, produtos cartográficos e de geoprocessamento já elaborados.	Em execução	Suprir de informações atualizadas e espacializadas, de fácil acesso a todos os setores da empresa e também aos usuários externos.

5.2.4 Consolidar e integrar base de dados de vulnerabilidade socioeconômica.

**Quadro 36.** Quadro-resumo da linha de ação 5.2.4

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
DNIT	Aplicativo da Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica-PBVS	O desenvolvimento do aplicativo PBVS disponibilizará os dados das famílias afetadas pelas obras de infraestrutura executadas pelo DNIT, reunirá dados do seu perfil de vulnerabilidade, disponibilizará a documentação completa, fará o controle das famílias beneficiadas e das selagens. Além disso, proporcionará agilidade ao trabalho da equipe de campo e o acompanhamento do trabalho em tempo real aos técnicos do DNIT. Em fase de validação.	Em execução	Automatização da PBVS, trazendo maior controle e agilidade no cadastro socioeconômico dos ocupantes irregulares das faixas de domínio.

**Linha de ação 5.3** - Promover a regularização de áreas afetas à infraestrutura.

5.3.1 Estruturar e implementar Programa de Regularização das Áreas de Infraestrutura de Transportes.

**Quadro 37.** Quadro-resumo da linha de ação 5.3.1

UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
ANTT	Soluções para regularização das faixas de domínio rodoviárias	Estudos relacionados à definição de procedimentos voltados ao saneamento de problemas da faixa de domínio. Tais estudos almejam a proposição de soluções e alternativas mais flexíveis à regularização da faixa de	Em execução	Viabilizar a regularização das faixas de domínio das rodovias concedidas.



		domínio, incluindo também diretrizes de registro, cadastro e controle do ativo. Encerramento: agosto de 2020. (Face C do objeto 10 do TED).		
ANTT	Portaria - Termo de anuência	Elaboração de portaria para regulamentação dos procedimentos de retificação de áreas de terceiros.	Em execução	Viabilizar a regularização das faixas de domínio das rodovias concedidas.
DNIT	Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA	Em atendimento ao Decreto nº 8396/14, o PROFAIXA tem por objetivo identificar e regularizar as faixas de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT, no prazo de 20 anos (2034).	Em execução	
SUST/MInfra	Diretrizes PROFAIXA	Decorrente do Grupo de Trabalho - PROFAIXA, foi elaborada proposta de portaria estabelecendo as diretrizes para o Programa Federal de Faixas de Domínio, que tem por objeto fomentar a regularização, a exploração e a gestão desses ativos. Resta pendente a publicação do instrumento.	Em execução	Fomentar a regularização, a exploração econômica e o aperfeiçoamento da gestão das faixas de domínio rodoviária e ferroviária.
Valec	Transferência de Domínio	Registro imobiliário das áreas desapropriadas em nome da Valec. A transferência de domínio consiste na efetivação da etapa de registro imobiliário. É um marco importante, pois é onde há a conclusão dos trabalhos de desapropriação e onde a GEDES/SUGAT repassa os dados à Gerência de Patrimônio para cadastro do patrimônio imobiliário adquirido.	Contínuo	O registro garante de maneira definitiva a propriedade dos imóveis. de forma a evitar possíveis imbróglios relativos a esse tema.

Valec	Manutenção da Posse	<p>Atividades de monitoramento das áreas desapropriadas e debelação de invasões. O trabalho de manutenção da posse, denominado Controle de Invasões, consiste no emprego de ferramentas e execução de atividades a fim de manter livre e desimpedido o patrimônio imobiliário adquirido. O Controle de Invasões tem como resultados banco de dados, relatório, painel BI e mapa georreferenciado, conjunto esse que é incorporado no Valec Territorial.</p>	Contínuo	<p>Permite evitar e dar tratamento a ocupações irregulares dentro das áreas sob domínio da Valec, o que demonstra, dentre outras características, zelo e cuidado pelo bem público. O painel de debelações, presente no Valec Territorial, traz o extrato das reintegrações de posse realizadas nos empreendimentos em razão das invasões ativas.</p>
-------	---------------------	---	----------	--





## DO PORTFÓLIO DE PROJETOS DA AGENDA 2020-2022

Além da caracterização e enquadramento das iniciativas nas ações da Agenda, foram realizadas reuniões entre a Subsecretaria de Sustentabilidade e as Secretarias finalísticas do MInfra juntamente com as entidades responsáveis por cada iniciativa. Nestas reuniões foram identificadas 38 iniciativas passíveis de serem projetadas, dentro do conceito de Gerenciamento de projetos, de forma a se promover um monitoramento e controles mais presentes e serem consideradas no portfólio de cumprimento da Agenda 2020-2022.

O Quadro 2 apresenta o levantamento das iniciativas passíveis de serem projetadas em ferramenta específica de gerenciamento de projetos, relação denominada de **Portfólio de Projetos da Agenda 2020-2022**, organizado conforme cada unidade responsável pela implementação das iniciativas, a saber, ANAC, Antaq, ANTT, DNIT, EPL, Infraero, Valec e SUST/MInfra.

**Quadro 38.** Portfólio de projetos da Agenda 2020-2022

Nº DA AÇÃO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INICIATIVA	
		NOME	Descrição
1.2.1	ANAC	Apuração do IDA Aeroportuário 2020	Programa contínuo de IDA para aeródromos
3.1.1	ANAC	Atualização do RBAC 34	O RBAC 34 é o regulamento de certificação de emissões de poluentes de motores de aviões.
3.1.1	ANAC	Atualização do RBAC 36	O RBAC 36 é o regulamento de certificação de ruído de aeronaves.
3.1.1	ANAC	Atualização do RBAC 38	O RBAC 38 é o regulamento de certificação de emissões de CO2 de aviões.
3.1.1	ANAC	Atualização do RBAC 161	Proposta de revisão do RBAC 161 para melhorar o índice de cumprimento normativo e a efetividade dos planos de zoneamento de ruído na proteção do entorno dos aeródromos.
1.2.1	Antaq	Apuração do IDA Aquaviário 2020	Programa contínuo de IDA aquaviário

1.2.1	Antaq	Revisão da Resolução 2650/2012 do IDA	Aperfeiçoamento do processo e da metodologia de apuração do IDA portuário
2.2.2	Antaq	Estratégias de adaptação à mudança do clima para a infraestrutura portuária	Elaborar estudos e estratégias de adaptação à mudança do clima
3.1.1	Antaq	Regulamentação do transporte de produtos perigosos na navegação interior.	Estabelecer critérios e procedimentos para prestação de serviços de transporte de cargas perigosas na navegação interior
3.1.1	Antaq	Aperfeiçoamento da Resolução nº 2.239 - Antaq	Transporte de cargas perigosas por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado.
3.1.1	Antaq	Revisão da Resolução nº 2190/2011 - Antaq	Disciplina a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações.
1.2.1	ANTT	Apuração do IDA Rodoviário 2020	Programa contínuo de IDA para rodovias
1.2.1	ANTT	Apuração do IDA Ferroviário 2020	Programa contínuo de IDA para ferrovias
1.2.1	ANTT	Publicação de Portaria para IDA Ferroviário	Elaboração e publicação de portaria regulamentando a apuração e publicação do IDA ferroviário
1.2.1	ANTT	Revisão da Portaria 396/2019	Revisão da Portaria 396/2019 que regulamentou o IDA Rodoviário e a metodologia para o seu cálculo.
3.1.1	ANTT	Revisão da Portaria 184/2018	A Portaria 184/2018 trata das diretrizes para elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE) e Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR), com vistas a atualizar alguns dos dispositivos da Portaria
3.1.1	ANTT	Revisão da Portaria 283/2017	A Portaria 283/2017 trata dos procedimentos a serem adotados pelas concessionárias das rodovias federais para a elaboração e envio do Relatório de Acompanhamento Ambiental (RAA), do Relatório de Programas Sociais e Educacionais (RSE) e das comunicações realizadas entre a concessionária e os órgãos ambientais





3.3.1	ANTT	Custos Médios Gerenciais Ambientais	Definir os Custos Médios Gerenciais (CMG) para a contratação de estudos, serviços e ações correlatas à obtenção de licenças e autorizações necessárias às obras, aos serviços e à operação de empreendimentos rodoviários, incluindo a implementação e a execução de programas e condicionantes socioambientais (objeto 8 do TED)
5.3.1	ANTT	Soluções para regularização das faixas de domínio rodoviárias	Estudos relacionados à definição de procedimentos voltados ao saneamento de problemas da faixa de domínio. Tais estudos almejam a proposição de soluções e alternativas mais flexíveis à regularização da faixa de domínio, incluindo também diretrizes de registro, cadastro e controle do ativo. Encerramento: agosto de 2020. (Face C do objeto 10 do TED).
5.3.1	ANTT	Portaria - Termo de anuênciam	Elaboração de portaria para regulamentação dos procedimentos de retificação de áreas de terceiros
3.1.1	DNIT	Revisão da instrução de serviço para a definição das Responsabilidades Ambientais das Construtoras – RAC	Requalificar o normativo denominado Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC), publicado em 2011, e que carece da incorporação da experiência de campo desde a publicação do normativo.
3.3.1	DNIT	Parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT	Estabelecer parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT e sua incorporação ao Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO.
4.2.1	DNIT	Desenvolvimento do SGMAB	Ferramenta para assessorar a gestão de contratos de gestão ambiental em nível técnico e administrativo, com o objetivo de padronizar a atuação das empresas contratadas na disposição e apresentação da gestão ambiental, supervisão ambiental e de execução de programas ambientais.

4.2.2	DNIT	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.
5.2.2	DNIT	Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação – SGPD	O SGPD é uma solução informatizada para o planejamento, execução e controle das atividades de desapropriação em âmbito nacional. Etapa de elaboração e RGVs concluída. Está sendo aprimorada para abranger a etapa de celebração de acordos e registros de desapropriação, as atividades de reassentamento e integração com o VGeo.
5.3.1	DNIT	Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA	Em atendimento ao Decreto nº 8396/14, o PROFAIXA tem por objetivo identificar e regularizar as faixas de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT, no prazo de 20 anos (2034).
1.1.1	EPL	Caderno Ambiental - Plano Nacional de Logística	Elaboração do Caderno Ambiental que fará parte do Plano Nacional de Logística considerando os riscos climáticos e as ações de adaptação
4.2.1	EPL	EIA/RIMA Digital	Ferramenta para disponibilizar os estudos de maneira sistematizada e georreferenciada.
2.3.1	Infraero	Certificação Airport Carbon Accreditation (ACA) da Airports Council International (ACI) nível 1 (SBRJ)	Certificação do Aeroporto Santos Dumont - SBRJ no Programa de Acreditação de Carbono da Airports Council International (ACI).
2.3.1	Infraero	Certificação Airport Carbon Accreditation (ACA) da Airports Council International (ACI) nível 1 (CGH)	Certificação do Aeroporto de Congonhas - CGH no Programa de Acreditação de Carbono da Airports Council International (ACI)
1.2.2	Valec	Guia de análise de projetos quanto aos aspectos socioambientais	Elaboração do Guia de Análise de Projetos ferroviários, considerando o atendimento a premissas gerais do licenciamento conforme vem sendo solicitado pelo Ibama ao longo dos anos
3.1.1	Valec	Revisão da Norma de Desapropriação	Revisão da Norma com o objetivo de atualizá-la e corrigir pontos que



			<p>não atendam à legislação vigente, bem como aprimorar a execução das atividades, incluindo a exigência de georreferenciamento nos padrões oficiais em todos os processos a serem constituídos.</p>
5.2.1	Valec	Estruturação dos dados Valec no banco da INDE	<p>Prover a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com dados de empreendimentos ferroviários. A adesão à INDE foi submetida à aprovação da DIREN. Após aprovação, serão iniciadas as tratativas com a INDE para atendimento dos requisitos necessários e capacitação. Uma vez estruturados os dados, a sua atualização será contínua.</p>
1.1.2	SUST/MInfra	Implementação da Agenda de Sustentabilidade 2020 - 2022	<p>Identificar iniciativas alinhadas com a Agenda e implementar mecanismos de monitoramento e incentivo, além da promoção de uma melhor integração socioambiental e territorial entre as instituições e o monitoramento do cumprimento das Diretrizes e da Agenda 2020-2022 por intermédio do Cogea e Coget.</p>
2.3.1	SUST/MInfra	Certificação Verde Programa Ferrovias - CBI	<p>Obter a certificação da <i>Climate Bonds Initiative</i> - CBI para que Programa de Novas Concessões Ferroviárias possa ser financiado por meio da emissão de títulos verdes.</p>
3.2.2	SUST/MInfra	Livro Via Viva 2021	<p>Periódico virtual e impresso anual relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes, ISSN 2675-2662 e e-ISSN-2675-2700, de conteúdo gratuito.</p>
4.1.1	SUST/MInfra	Padronização de Planos e Programas Ambientais do modo Rodoviário, Ferroviário e Portuário	<p>Tem por objetivo estabelecer requisitos mínimos a serem adotados pelos empreendedores quando da proposição dos PBAs junto ao Ibama</p>
5.1.1	SUST/MInfra	Diretrizes para Declaração de Utilidade Pública	<p>Publicação de normativo com padronização de entendimentos e procedimentos para a publicação de declarações de utilidade pública pelo MInfra e suas vinculadas.</p>

A Diretriz 1 apresenta um percentual de 27,5% do total das iniciativas a serem transformadas em projetos, ou seja, 11 iniciativas, considerando-se a implementação da Agenda, acrescidos de 7 projetos que tratam da ação de desenvolvimento, implementação e monitoramento dos índices de desempenho socioambiental dos modos de transporte de competência do MInfra.

Ainda sob o mesmo prisma da Diretriz 1, no intuito de incorporar os aspectos socioambientais e territoriais nos planos estratégicos do setor, a EPL se propõe a elaborar o Caderno Ambiental que fará parte do Plano Nacional de Logística considerando os riscos climáticos e as ações de adaptação, na mesma linha, a Valec busca elaborar o Guia de Análise de Projetos quanto aos Aspectos Socioambientais, de modo a aperfeiçoar as análises dos aspectos socioambientais e territoriais, baseado nas premissas gerais de licenciamento de acordo com o histórico das demandas solicitadas pelo Ibama.

Para a Diretriz 2 foram considerados 5 projetos, sendo 2 deles referente a certificação de aeroportos no Programa de Acreditação de Carbono da Airports Council International (ACI) e outro correspondente à Certificação da carteira de ferrovias do MINFRA para emissão de títulos verdes. O último projeto busca o estabelecimento de estratégias de adaptação à mudança do clima no âmbito da Antaq.

A maior parcela dos projetos do Portfólio, cerca de 35% do total, correspondem à Diretriz 3, ou seja, 14 projetos. Destes, 11 tratam especificamente da ação 3.1.1, que corresponde ao aprimoramento do arcabouço normativo com temática socioambiental e territorial.

Ainda em relação à Diretriz 3, tem-se o livro Via Viva 2021, periódico anual virtual e impresso relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes, projeto que geralmente acompanha os temas do Seminário Via Viva de cada ano.





Os dois últimos projetos da Diretriz 3 buscam estabelecer custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e cumprimento de condicionantes ambientais, neste sentido, a ANTT se propôs a definir os Custos Médios Gerenciais (CMG) para a contratação de estudos, serviços e ações correlatas à obtenção de licenças e autorizações necessárias às obras, aos serviços e à operação de empreendimentos rodoviários, incluindo a implementação e a execução de programas e condicionantes socioambientais, enquanto o DNIT busca estabelecer parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais.

Dois projetos correspondentes à Diretriz 4 concentram seu foco no aprimoramento da gestão da informação sobre licenciamento ambiental, com a estruturação e sistematização de informações ambientais produzidas pelas entidades vinculadas, baseado em soluções tecnológicas, como o desenvolvimento pela EPL do EIA/RIMA Digital e o SGMAB, ferramenta para assessorar a gestão de contratos de gestão ambiental, cujas informações e dados referentes ao desenvolvimento dos serviços serão encaminhados via web.

Ainda na Diretriz 4, a SUST está desenvolvendo o projeto Padronização de Planos e Programas Ambientais para modos rodoviário, ferroviário e portuário, que visa estabelecer requisitos mínimos a serem adotados pelos empreendedores quando da proposição dos Planos Básicos Ambientais (PBAs) junto ao Ibama. O último projeto desta diretriz refere-se à inclusão de todos os dados e informações produzidos nos relativos licenciamentos ambientais estadual e federal realizados pelo DNIT no SIGESA.

Já a Diretriz 5 contempla 6 projetos, o primeiro, a cargo da SUST, é nomeado por Diretrizes para Declaração de Utilidade Pública, que objetiva padronizar entendimentos acerca do tema. No sentido de aprimorar a gestão da informação territorial da infraestrutura, a Valec estabeleceu o projeto de Estruturação dos dados Valec no banco da

INDE, de modo a avançar na disseminação categorizada de informações territoriais da sua infraestrutura de transportes, enquanto no DNIT está em desenvolvimento o Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação – SGPD, no qual se pretende que esta solução informatizada faça parte do planejamento, execução e controle das atividades de desapropriação em âmbito nacional.

Por último, três projetos referentes a Diretriz 5 visam promover a regularização de faixas de domínio de infraestrutura de transportes terrestres, sendo que a ANTT busca soluções para regularização das faixas de domínio rodoviária, incluindo-se o desenvolvimento de soluções de engenharia simplificada para regularização de acessos às rodovias federais concedidas, bem como se propõe a regulamentar procedimentos de retificação de áreas de terceiros, enquanto que o DNIT, em atendimento ao Decreto nº 8396/14, possui o projeto PROFAIXA, que objetiva identificar e regularizar as faixas de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT, até o ano de 2034.





## PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS

De forma complementar, cuja relevância foi reconhecida durante o processo de construção desta Agenda, está listada abaixo a representação do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas nos colegiados que tratam de temas relativos as Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra.

### **ANAC**

ABNT CEE- 196: Acústica; Comissão de estudo especial da ABNT. O escopo é a normalização no domínio da acústica, incluindo os métodos de medição de fenômenos acústicos, a sua geração, transmissão e recepção, e todos os aspectos de seus efeitos sobre o homem e ao seu ambiente.

ABNT CE- 008.030.040: Condições Ambientais em Aeroportos

ABNT CE-003.029.009: Instrumentação para Medição de Ruído de Aeronaves

GEPEA: Grupo de Estudos sobre Planejamento do Espaço Aéreo - SG3 Meio Ambiente; Fórum permanente criado com o objetivo de reunir a comunidade aeronáutica para discutir oportunidades de melhorias na organização e gerenciamento do espaço aéreo brasileiro, por meio de estudos específicos

### **Antaq**

Comissão de Coordenação de Assuntos da IMO – CCA/IMO (Marinha)

A GMS analisa demandas do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho (MEPC) e do Comitê de Segurança Marítima (MSC) tratando de assuntos das Convenções da MARPOL e SOLAS, referente às discussões da Organização Marítima Internacional – IMO, abordando os seguintes temas:

- Organismos aquáticos danosos na água de lastro;
- Poluição do ar e eficiência energética;

- Novas medidas técnicas e operacionais para melhoria da eficiência energética do transporte marítimo internacional;
- Redução das emissões de GHG dos navios;
- Desenvolvimento de plano de ação para tratar do lixo plástico marinho proveniente de navios;
- Desenvolvimento de medidas para reduzir os riscos de uso e transporte de óleo combustível pesado como combustível por navios nas águas do Ártico; e
- Identificação e proteção de áreas especiais e de áreas marítimas particularmente sensíveis.

Comissão Interministerial dos Recursos do Mar - CIRM (X PLANO SETORIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - PSRM)

- Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO (MMA)
  - Agenda Ambiental Portuária
  - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC.
  - Plano de Ação Federal na Zona Costeira – PAF – ZC
    - Projeto Orla
    - Plano de ação para o combate ao Lixo no Mar
    - Prevenção, Controle e Monitoramento Socioambiental nos Portos do Brasil
    - Acompanhamento do desenvolvimento de estudo de caso regional de governança costeira-marinha integrada para o Ecossistema Babitonga/SC (ANAMA)
- Grupo Técnico Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14) (MCTIC) – suplente do representante do MInfra
- Comitê Executivo - Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha - REVIMAR (MMA) - suplente do representante do MInfra





Grupo Técnico “PIB do Mar” (ME)

Participação na Sala de Crise da Seca do Rio Paraguai

#### **DNIT**

Grupo de Trabalho sobre Remoção e deslocamentos involuntários - FGV

Grupo de Trabalho sobre Faixa de domínio e desapropriação - ABDER

#### **Infraero**

- Comité de Meio Ambiente da *Airports Council International Latin-American and Caribbean* (ACI-LAC);
- A Infraero é signatária da Rede Brasil do Pacto Global, se comprometendo com os ODS;
- Grupo interinstitucional que desenvolveu a proposta de Decreto que tem por escopo regulamentar a Lei 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos. A Infraero participou como consultora técnica.

#### **SUST/MINFRA**

- Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA
- Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS
- Conselho Nacional da Amazônia Legal-CNAL/ Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal-CDS
- Comissão Nacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL)
- Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
- Quarta Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC - 4CN-UNFCC
- Grupo de Articulação e Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)
- Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados relativos às 51 ações previstas na Agenda de Sustentabilidade 2020-2022 se traduzem em informações qualificadas que servem como instrumento de análise, dando um panorama do compromisso deste Ministério com a sustentabilidade na infraestrutura de transportes. Não se pretende, com isso, apresentar conclusões, mas sim concentrar e destacar informações consideradas relevantes em relação às ações propostas, que indicam o cumprimento da Agenda durante o ano de 2020.

Este relatório de monitoramento, além de verificar a execução da Agenda, se caracteriza como um importante instrumento de apoio à gestão, por proporcionar uma excelente oportunidade de apresentação das ações estratégicas na perspectiva da sustentabilidade, executadas pelos diversos setores, na implementação das políticas públicas de infraestrutura de transportes no país.

Desta forma, nessa sistemática, além de verificar o andamento das ações realizadas, o monitoramento procura identificar a existência de eventuais problemas no cumprimento da Agenda de Sustentabilidade para que se possa reavaliar, no final de 2022, o prosseguimento, interrupção e/ou aperfeiçoamento das linhas de ação e ações propostas de forma coletiva, durante a sua construção.

O alcance dos resultados pretendido com a implementação da Agenda, se alicerça no objetivo estabelecido na criação das Diretrizes de Sustentabilidade, qual seja, desenvolver infraestruturas de transportes sustentáveis do ponto de vista socioambiental. Por tudo o que foi demonstrado neste relatório, se comprehende a potencial contribuição que as Diretrizes de Sustentabilidade, operacionalizadas pela Agenda de Sustentabilidade, trazem para o desenvolvimento de ações com responsabilidade socioambiental, no âmbito do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas, sobretudo no atendimento





aos seus princípios fundamentais de conciliação da infraestrutura de transportes com a conservação do meio ambiente; na mitigação dos impactos socioambientais negativos e adaptação dos sistemas de transportes à mudança do clima; assegurando o respeito às populações locais e aos usuários.

